

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PARLAMENTO E DIREITO

Aluna: Amanda Galvão Ferreira Tabosa

FINANCIAMENTO ELEITORAL PRIVADO:

Estudo sobre o financiamento privado de campanha eleitoral, os possíveis efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4650 e a alternativa do Matching Fund

Brasília – 2015

AMANDA GALVÃO FERREIRA TABOSA

FINANCIAMENTO ELEITORAL PRIVADO:

Estudo sobre o financiamento privado de campanha eleitoral, os possíveis efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4650 e a alternativa do Matching Fund

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito à conclusão
do curso de Pós-Graduação em
Parlamento e Direito do Centro de
Formação, Treinamento e
Aperfeiçoamento da Câmara dos
Deputados (CEFOP).

Brasília

2015

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data ____/____/____

Tabosa, Amanda Galvão Ferreira.

Financiamento eleitoral privado [manuscrito] : estudo sobre o financiamento privado de campanha eleitoral, os possíveis efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4650 e a alternativa do Matching Fund / Amanda Galvão Ferreira Tabosa. -- 2015.

95 f.

Orientador: Roberto Carlos Martins Pontes.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Parlamento e Direito, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2015.

1. Campanha eleitoral, financiamento, Brasil. 2. Brasil. Supremo Tribunal Federal, jurisprudência. 3. Ação direta de inconstitucionalidade, Brasil. I. Título.

CDU 342.8(81)

Financiamento Eleitoral Privado:

Estudo sobre o financiamento privado de campanha eleitoral e os possíveis efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4650 no sistema brasileiro

Monografia – Curso de Especialização em Parlamento e Direito da Câmara dos Deputados – 1º semestre de 2015.

Aluna: Amanda Galvão Ferreira Tabosa

Banca Examinadora:

Roberto Carlos Martins Pontes
Orientador

Amandino Teixeira Nunes Junior
Examinador

Brasília/DF, em 26 de junho de 2015

RESUMO:

Trabalho de conclusão de curso com objetivo de discutir o modelo de financiamento eleitoral mais adequado ao Brasil e os possíveis impactos da jurisprudência a ser firmada pelo Supremo Tribunal Federal no processo democrático. Apresentaram-se aspectos teóricos sobre os modelos de diversas nações trazendo relação aos sistemas eleitorais, seguido do estudo da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada e do andamento legislativo da Reforma Política, abordando, por fim, os possíveis efeitos da proibição de financiamento empresarial de campanha eleitoral no ordenamento jurídico e no cenário político.

Palavras-Chave: Financiamento Eleitoral; Reforma Política; Modelos de Financiamento; Matching Fund.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 MODELOS DE FINANCIAMENTO ELEITORAL.....	14
1.1 FINANCIAMENTO PÚBLICO EXCLUSIVO.....	14
1.2 FINANCIAMENTO PRIVADO EXCLUSIVO	17
1.3 FINANCIAMENTO MISTO.....	18
1.3.1 <i>FINANCIAMENTO MISTO COM PESSOA JURÍDICA</i>	19
1.3.2 <i>FINANCIAMENTO MISTO SEM PESSOA JURÍDICA</i>	20
1.4 FINANCIAMENTO PÚBLICO COM PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS.....	22
1.4.1 <i>MATCHING FUNDS</i>	22
1.4.2 <i>DESCONTO NO IMPOSTO DE RENDA</i>	24
1.4.3 <i>FINANCIAMENTO CIDADÃO</i>	25
2 RELAÇÃO ENTRE FINANCIAMENTO E SISTEMA ELEITORAL E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA.....	27
2.1 FINANCIAMENTO ELEITORAL BRASILEIRO.....	29
2.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL FRANCÊS	32
2.3 FINANCIAMENTO ELEITORAL PORTUGUÊS.....	33
2.4 FINANCIAMENTO ELEITORAL ESPANHOL	34
2.5 FINANCIAMENTO ELEITORAL BRITÂNICO	36
2.6 FINANCIAMENTO ELEITORAL NORTE-AMERICANO	37
2.7 FINANCIAMENTO ELEITORAL CANADENSE	39
2.8 FINANCIAMENTO ELEITORAL ALEMÃO	40
3 ESTUDO DO CASO BRASILEIRO	43
3.1 PERFIL DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS.....	43

3.2	INTERFERÊNCIA DO CFOAB NO PROCESSO POLÍTICO.....	48
3.3	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE TEMA INFRACONSTITUCIONAL.....	56
3.4	DISCUSSÃO DA REFORMA POLÍTICA 2015 – PEC 182/07.....	59
3.4.1	<i>COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA – PEC 182/2007</i>	<i>60</i>
3.4.2	<i>PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – VOTAÇÃO PEC 182/2007.....</i>	<i>64</i>
	CONCLUSÕES.....	72
	EFEITOS DA POSSÍVEL DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO FINANCIAMENTO ELEITORAL POR PESSOA JURÍDICA.....	72
	MODELO DE FINANCIAMENTO ELEITORAL EXISTENTE MERECE SER ALTERADO.....	76
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

Desde a instituição de eleições democráticas no Brasil uma grande discussão ética gira em torno do sistema adotado, tendo como um dos pontos mais polêmicos as regras sobre o financiamento privado de campanha eleitoral. Seja para argumentar que o modelo em vigor merece reforma total ou para dizer que a questão é a falta de moralidade dos atores dessa relação, o fato é que dificilmente há um consenso sobre o mérito.

Conforme Bruno Wilhelm Speck (2013) pondera, as transgressões do mundo político são justificadas pelos desajustes institucionais do arcabouço político brasileiro, supostamente composto por regras institucionais torpes. Afirma, ainda, que mesmo admitindo a existência de modelos melhores, nada impede que doadores e candidatos cumpram as leis vigentes durante o processo eleitoral. Com isso, a discussão sobre a reforma política coloca o valor de respeitar as regras existentes e promover uma fiscalização eficiente em segundo lugar.

Ademais, destacamos que a legislação brasileira merece reparos, pois, a despeito dos resultados dos julgamentos promovidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, dos candidatos é exigida uma prestação de gastos tão detalhada, que acaba sendo um forte incentivo à burla, pois, mesmo que irregularidades sejam encontradas, a auditoria promovida não é tão rigorosa e raramente importa na aplicação de sanções severas aos que violam a norma (NICOLAU, 2005).

Jairo Nicolau (2005) ainda ensina que, a exemplo das democracias tradicionais, o tema nos faz chegar a duas conclusões: os sistemas mais eficientes

são aqueles que combinam o aporte de recursos públicos (preferencialmente indiretos, como o horário eleitoral gratuito) com doações privadas (preferencialmente as de pessoas físicas); mas que, acima de tudo, o sistema de prestação de contas deve ser transparente, simples, eficiente na apuração de irregularidades e severo na aplicação de sanções.

Logo, ante o cenário político atual, assolado por denúncias de esquemas fraudulentos de desvio de recursos públicos e suspeitas de destinação de grande parte destes no financiamento da atividade partidária e eleitoral, novamente surge a alegação de que a solução do problema da corrupção no Brasil é, fundamentalmente, a reforma das normas que regulamentam a participação financeira de pessoas físicas e jurídicas no processo eleitoral.

Após diversas tentativas do Congresso Nacional (CN) em definir uma regra supostamente eficaz, tanto do ponto de vista normativo quanto da transparência contábil das campanhas para acabar com a ocorrência de doações ilegais (o conhecido *caixa dois*) e o uso da máquina pública para desviar recursos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) e pleiteou a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais que admitem a participação de pessoa jurídica no processo eleitoral, com clara intenção de conduzir à prolação de sentença proibindo definitivamente a participação desses atores.

Até o momento os votos emanados pelos Ministros do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650 levam, em parte, à confirmação da tese defendida pela OAB, no ponto em que tende à conclusão da inconstitucionalidade da lei eleitoral que regulamenta a participação de pessoas jurídicas e físicas no financiamento de campanha eleitoral, mas não há que se falar em condenação da

participação de pessoas jurídicas. Tal fato estimulou não somente a elaboração do presente trabalho monográfico, mas também provocou a reinstalação do processo legislativo destinado à “Reforma Política”.

Ocorre que, levando em consideração a suspensão do julgamento face o pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes, tudo leva a crer que o entendimento dos magistrados não está consolidado. Inclusive, conforme podemos depreender de entrevista concedida pelo citado ministro, hoje se tem conhecimento mais detalhado do esquema chamado *Petrolão*. É possível afirmar, portanto, que o debate a ser continuado na Suprema Corte será muito mais qualificado sobre o tema, deixando de lado a emoção e o caráter simbólico dos votos emanados no ano de 2014.

Com base nisso, o presente trabalho tem por objetivo discutir se o financiamento eleitoral deve ou não ser exclusivamente público e apontar os possíveis impactos que a definição da referida tese jurisprudencial pelo STF trará ao processo eleitoral democrático em nosso país.

Primeiramente apresentaremos aspectos teóricos sobre os modelos de financiamento de campanha existentes em diversas nações, relacionando-lhes os sistemas eleitorais aplicáveis. Com isso, pretendemos esclarecer doutrinariamente cada tipo, destacando seus pontos positivos e negativos. Após apresentamos modelos práticos em vigor em diversos países e, em seguida, apresentamos o estudo do caso brasileiro, abordando os possíveis efeitos da decisão do STF no ordenamento eleitoral e no cenário político.

Na conclusão defendemos que a inconstitucionalidade do dispositivo legal que hoje regulamenta a participação de pessoas jurídicas no processo legislativo não pode provocar a proibição de participação legítima no processo

eleitoral, estimulando, por outro lado, o *caixa dois*, pois isso só justifica a reformulação da regra e não na extinção de um direito.

As metodologias aplicadas, tendo em vista a escassa produção doutrinária em português sobre o assunto, foram comparativa e de estudo de caso, pois apresenta em primeiro lugar os modelos existentes, relaciona a aplicação mundo a fora, analisa o caso brasileiro e sugere que a aplicação do *matching fund* traria a real participação cidadã no financiamento de campanha brasileiro.

1 MODELOS DE FINANCIAMENTO ELEITORAL

Antes de apresentarmos os diversos casos práticos é necessário deixar claro que o foco de nossa discussão é o financiamento de campanha eleitoral e não o financiamento partidário. Ou seja, vamos analisar as diversas formas de arrecadação de recursos destinados à gastos com propaganda eleitoral, marketing eleitoral, despesas com recursos humanos, deslocamentos de candidatos e etc. Não trataremos sobre arrecadação destinada à manutenção ordinária de partidos (como estrutura física, quadro de funcionários etc.) e ao exercício de sua função social. Vamos nos preocupar em tratar da arrecadação de recursos necessários à elaboração, realização e manutenção de campanhas eleitorais.

Com base nisso, iniciamos com a análise das formas existentes. Verifica-se que grande parte dos doutrinadores que tratam do assunto reconhecem a existência de 4 (quatro) formas de financiamento de campanha eleitoral: o público exclusivo; o privado exclusivo; o misto; e o misto, com aporte público em relação de contrapartida. Vamos à descrição deles:

1.1 *FINANCIAMENTO PÚBLICO EXCLUSIVO*

O financiamento público exclusivo, defendido por grande parte dos partidos socialistas, é aquele em que apenas recursos do orçamento do Estado são despendidos para o custeio do embate eleitoral.

Os argumentos em sua defesa são no sentido de que, com sua aplicação, haveria o fim da interferência dos interesses econômicos das pessoas

jurídicas e de pessoas físicas com grande poder aquisitivo e, assim, a corrupção seria extinta do cenário político brasileiro. Além desse também existe o de que haveria maior igualdade na disputa entre os candidatos, além de que a transparência e o controle sobre os gastos seriam efetivamente maior.

Neste modelo os partidos e candidatos, dependentes exclusivamente do aporte financeiro advindo do orçamento público, esperariam que a repartição financeira fosse feita de forma igualitária entre indivíduos e agremiações partidárias. Haveria também a destinação indireta de bens públicos, com acesso ao horário eleitoral gratuito, além da possibilidade de uso de prédios públicos para realização de convenções partidárias¹.

Ocorre que, com base no entendimento de que se a administração das agremiações depender única e exclusivamente do repasse de verbas e concessão de direitos pelo Estado, é possível inferir que haverá uma vinculação excessiva das atividades partidárias em relação aos interesses dos governantes. É possível imaginar, por exemplo, que se um partido político ou candidato, utilizando-se do direito à liberdade de expressão, questione a atuação governamental em determinada política pública terá “dificuldades” na liberação de recursos destinados ao financiamento de sua campanha eleitoral.

Sem contar o fato de que, não havendo regras, a distribuição dos recursos seria desigual, pois não haveriam critérios justos de destinação com base na representação passada, quando se usa o reembolso de gastos, por exemplo. Além de que, recebidos os recursos do Estado, a distribuição para cada candidato

¹ SANSEVERINO, Francisco de Assis Vieira. Financiamento de campanha eleitoral—entre o público e o privado¹. In: *Direito Eleitoral*, p. 251-270, 2012, p. 260-261;

² SANSEVERINO, Francisco de Assis Vieira. Financiamento de campanha eleitoral—entre o público e

ficaria a critério dos chefes da agremiação. Logo, teríamos cenário prejudicial, pois só se arriscaria na empreitada eleitoral aquele que fosse “escolhido”.

Outra questão aventada é o fato de que o modelo em questão exigiria que, para ser destinatário da dotação orçamentária, o partido deva ter representação no Congresso ou obtido uma quantidade mínima de votos em eleições passadas e a elaboração dessas regras estaria sujeita à subjetividade e ao interesse do partido ora governante. Ou seja, facilitaria a elaboração de requisitos que provocariam a perpetuação das arenas já existentes, trazendo enormes dificuldades na ascensão de novas agremiações, configurando-se em engessamento dos atores políticos e do processo democrático.

Ademais, haveria a violação do direito constitucional do cidadão em contribuir com a corrente política com a qual simpatiza. Além de obrigar que candidatos menos abastados atuem com dificuldades, haja vista que nenhum recurso privado (inclusive do candidato) poderia ser utilizado.

Apesar disso, devemos destacar que há um ponto positivo nesse formato. Assim impediria a formação de partidos de fachada, interessados na verba pública distribuída de forma igualitária, desinteressados de enraizamento na sociedade, tornando-se um negócio de fato que uma instituição de política representativa (RUBIO, 2004, p. 273 apud TONIAL; DE OLIVEIRA, 2014, p.112).

Mas, levando em consideração o alto custo de uma campanha em território nacional, o financiamento público exclusivo seria mais um fardo a ser carregado pelos brasileiros. Afinal, do ponto de vista contábil, infere-se que os custos da mudança seriam altos para o país: não parece haver espaço nas contas públicas para adereçar o atual patamar dos gastos de campanha e certamente

outras carências do país precisam ser resolvidas (MENEGUIN; NERY, 2015) antes de nos preocuparmos com isso.

Devemos, ainda, destacar que a aplicação desse regime pode ser absolutamente ineficaz, pois, se os eleitores não forem conscientizados a não votar nos candidatos envolvidos nessas irregularidades (punindo-os) e, principalmente, se os órgãos competentes continuarem incapazes de descobrir a maior parte dos casos e de punir efetivamente os candidatos (MENEGUIN; NERY, 2015) não há como garantir a eficácia do modelo.

1.2 FINANCIAMENTO PRIVADO EXCLUSIVO

Em contraponto ao financiamento exclusivamente público temos que destacar modelo oposto, o mais antigo. Afinal, a existência da representação partidária que conhecemos dependeu, no passado, do apoio de benfeitores, de indivíduos abastados interessados em apadrinhar e financiar seus ideais políticos.

Desde a criação dos partidos e durante muito tempo depois o financiamento promovido era exclusivamente privado. Ou seja, a manutenção da agremiação partidária se deu e ainda se dá com o aporte dos candidatos, de indivíduos que se identificam com a ideologia e voluntariamente aderem às atividades, concedendo, além de dinheiro, seu tempo sua voz no apoio à disseminação de posições políticas.

Mas as alterações constitucionais das diversas democracias do mundo moderno não provocaram a extinção permanente desse modelo. Tanto que no Reino Unido, por exemplo, essa forma ainda está em prática, mas a hipótese mais

provável de perpetuação no tempo é que a aplicação tenha relação com o sistema político em vigor, discussão essa que traremos no próximo capítulo.

Logo, podemos dizer que o financiamento privado tem como ponto positivo a admissão de uma maior participação da sociedade civil (indivíduos, classes sociais, grupos de interesse etc.), fortalecendo a autonomia dos partidos políticos em face do Estado. Entretanto, acarretaria, de outro lado, menor espaço para igualdade nas campanhas eleitorais, mas haveriam outras maneiras de compensar tal deficiência.

Além disso, não podemos desconsiderar que o financiamento privado coloca, no mínimo, em risco a liberdade de organização e funcionamento do partido político como instituição de interesse público, em face da dependência direta e exclusiva de grupos de pressão, com maior capacidade econômica².

1.3 FINANCIAMENTO MISTO

Após a consolidação do sistema partidário:

Na segunda metade do século XX, surgiu uma corrente de opinião que enfatizou os riscos implicados em deixar que a política fosse financiada somente com fundos provenientes dos setores economicamente poderosos. O principal risco consistiria na dependência dos representantes políticos em relação ao poder econômico: eles mais representariam seus financiadores do que os cidadãos, de modo que as decisões políticas poderiam estar mais inspiradas em interesses particulares do que no bem público (RUBIO, 2005, p. 8).

Teve início, então, a preocupação em definir regras no sentido institucionalizar os partidos políticos de forma a relacioná-los diretamente às

² SANSEVERINO, Francisco de Assis Vieira. Financiamento de campanha eleitoral—entre o público e o privado¹. In: *Direito Eleitoral*, p. 251-270, 2012, p. 269;

atividades de Estado, já que fazem parte da democracia, e torná-los reflexo das necessidades da sociedade de maneira universalizada.

A solução encontrada foi trazer às Constituições normas prevendo o caráter público dos partidos e sua função social e, conseqüentemente, a participação estatal no financiamento de todo sistema partidário sob o argumento de que não apenas agremiações sustentadas por grupos de interesse econômico deveriam ter direito a participar com chances de vitória no processo eleitoral. Assim, os partidos de massa entraram na briga por acesso ao parlamento e à atuação efetiva na política, pois o Estado estava obrigado a garantir o funcionamento do sistema partidário.

Segundo historiadores, com o fim da Segunda Guerra Mundial e concretização da constitucionalização do sistema partidário, é reconhecido o modelo de financiamento eleitoral misto. Assim, além dos grupos econômicos, o Estado passou a dispor recursos à participação de partidos e candidatos de forma a promover igualdade de oportunidades no processo eleitoral. Além disso, vislumbrou-se uma *forma de impedir que os partidos entrem em decadência por falta de recursos e, ao mesmo tempo, não romper a ligação entre cidadãos e partidos estabelecida por meio das pequenas doações* (PEIXOTO, 2009).

1.3.1 FINANCIAMENTO MISTO COM PESSOA JURÍDICA

Destrinchando esse modelo, destacamos a variação onde é admitida a participação privada, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, no

financiamento de campanha eleitoral de maneira concomitante à destinação de recursos do orçamento público.

Nesse caso tanto aqueles indivíduos quanto as entidades privadas afetas à sua ideologia poderiam atuar em prol da manutenção da atividade do partido, cumprindo seu direito de angariar os recursos necessários. Geralmente tal forma vem acompanhada de limites financeiros aos aportes, mas para que sejam eficientes é necessário haver fiscalização.

A grande crítica que devemos apontar a esse modelo é que, infelizmente, o interesse econômico acaba influenciando a atuação partidária na defesa de questões específicas. Logo, ao invés de representar politicamente os anseios da sociedade, é possível que os políticos utilizem-se da máquina pública para favorecer causas que deturpariam a essência da representatividade ideológica.

1.3.2 FINANCIAMENTO MISTO SEM PESSOA JURÍDICA

No caso do financiamento misto, sob o argumento de que não possuem capacidade eleitoral, alguns modelos proíbem a participação de empresas. É admitido somente a participação de pessoas físicas, sob o argumento que são eleitoras de fato e de direito, podendo levantar recursos necessários ao sustento das campanhas. Estas auxiliariam com aporte financeiro, mas também com cessão de tempo em atividades voluntárias, de espaço físico para instalação de comitês de campanha e etc.

Teoricamente o referido modelo seria o mais correto, pois impediria que atores externos interferissem na essência da representação política, mas essa

verdade já fora tentada em outros países e infelizmente não deu certo. Afinal, políticas públicas trazem efeito não apenas aos cidadãos, mas também ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico do país.

Acontece que a proibição da participação de pessoa jurídica produz mais efeitos negativos do que positivos. Estes ficarão claros no momento em que, apesar de todas as restrições legais, ainda haverão meios escusos e desconhecidos de arrecadação, formando, conseqüentemente, uma contabilidade paralela, o chamado *caixa dois*. Dessa maneira, a participação acontecerá sem qualquer transparência e será alheia a toda forma de controle de gastos por parte dos órgãos de fiscalização, facilitando a atuação sem a devida publicidade.

Logo, podemos concluir que, mesmo com os limites e barreiras instituídos pela norma na tentativa de impor um controle na participação privada no financiamento eleitoral, as distorções acabam existindo. Afinal de contas, a solução do problema da corrupção não está apenas em determinar limites às contribuições, mas também em impedir que a atividade partidária esteja cada vez menos afeta à representação social e à fiscalização política. Ou seja, no modelo misto ideal, mesmo com barreiras legais, o estímulo à participação de cidadãos é priorizado.

Hoje a corrupção é justificada, pelos defensores do modelo exclusivamente público, em razão do fato que o dinheiro é o único mau da política, mas essa distorção não é promovida pela participação de empresas no processo e sim pela ganância de políticos que exercem o poder em proveito próprio. Afinal, se o contrário fosse, não haveriam episódios de corrupção em países com sistema político não democrático, onde partidos políticos só existem com o aval do governante principal.

1.4 FINANCIAMENTO PÚBLICO COM PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Uma forma nova e eficiente de distribuição de recursos destinados ao financiamento de campanha eleitoral promove ao envolvimento direto dos cidadãos no critério de alocação do aporte público. Ou seja, a partir da análise doutrinária e com o estudo constante do Capítulo 3, da publicação *A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral*, destacamos a existência de um modelo distributivo onde é levada em consideração a participação dos eleitores na definição da destinação do financiamento público, como forma de trazer flexibilidade e reagir fielmente às mudanças políticas, garantindo uma aplicação mais democrática.

Essa família de novos modelos de alocação de recursos públicos pode ser dividida em três: o *matching fund*; o de desconto no imposto de renda; e o “financiamento cidadão”.

1.4.1 MATCHING FUND

Com origem em lei alemã já reformada, o sistema de *matching fund*, no qual os fundos públicos não podem ser superiores aos recursos privados arrecadados, cumpre dois objetivos fundamentais: primeiro cria incentivos para que os partidos se associem à sociedade na busca de aportes do orçamento do Estado; e faz com que o financiamento público seja proporcional ao enraizamento social dos

partidos³, pois leva em conta, no cálculo de distribuição, o montante arrecadado de pessoas físicas.

Para receber a quota pública o candidato que optar por tal modelo depende obrigatoriamente da arrecadação de recursos privados. Que fique claro: a escolha pelo modelo é voluntária, mas a partir do momento que se decide por utilizá-lo só é possível receber recursos públicos após o recebimento de doações de pessoas físicas. No modelo aplicado em Nova Iorque, por exemplo, a cada 6 (seis) destinações privadas é feita 1 (uma) destinação pela pública.

Na Alemanha, as organizações partidárias recebem *matching funds* como contribuições ordinárias dos seus filiados, como contribuições dos mandatários e como doações. Para cada euro de recursos dessas fontes, o partido recebe 38 centavos de euro do Estado. Esse cofinanciamento vale apenas para recursos de pessoa física até 3.300 euros (cofinanciamento de 1.254 euros).

Nos Estados Unidos o sistema de *matching funds* é aplicado nas eleições primárias para presidente. Nesse caso, o Estado paga uma soma equivalente à doação privada recebida. A cada dólar doado o candidato recebe outro em recursos públicos. A exemplo do que ocorre na Alemanha, o aporte público complementar é limitado a pequenas doações, que no caso das primárias para presidente são de no máximo US\$ 250 por eleitor. Acima desse valor, as doações privadas não são complementadas por recursos públicos (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014).

Ou seja, se a pessoa física doar US\$ 500 ao candidato nas primárias presidenciais o Estado Americano só repassará US\$ 250 no cofinanciamento. O valor restante é desconsiderado e não obrigará o repasse do Estado.

Logo, a adesão a esse modelo seria opcional, mas o fazendo o candidato fica sujeito às regras. E a principal delas impõe que se não angariar recursos de pessoas físicas ele não terá direito aos recursos do Estado. Mais adiante trataremos um exemplo deste modelo quando abordamos o financiamento eleitoral norte-americano.

³ RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. In: Novos Estudos-CEBRAP, n. 73, p. 5-15, 2005, p. 10;

Ademais, conforme lição de Dalson Britto Figueiredo Filho e Natália Maria Leitão de Melo (2012), cumpre destacar que, além das diferenças fundamentais do desenho institucional, o Brasil e os Estados Unidos, país onde é aplicado o *Matching Fund*, diferem em dois aspectos centrais no financiamento de suas campanhas eleitorais. Primeiro, no Brasil, é terminantemente proibida a compra de espaço publicitário nos meios de comunicação (televisão, rádio, jornais, etc.). Nos Estados Unidos, por outro lado, tanto candidatos quanto apoiadores podem comprar livremente tal exposição nos meios de comunicação. Segundo, no Brasil, pessoas jurídicas podem contribuir diretamente para as campanhas eleitorais. Nos Estados Unidos, as fontes corporativas não podem financiar diretamente as eleições, mas o procedimento é indireto, admitindo-se participação por intermédio dos Comitês de Ação Política (Political Action Committees – PACs).

1.4.2 DESCONTO NO IMPOSTO DE RENDA

Esse modelo busca incentivar a participação dos cidadãos na alocação de recursos públicos destinados ao financiamento de partidos políticos aplicando, em contrapartida, o ressarcimento de gastos com tributos. Dessa forma, *o cidadão ou a empresa recebe do Estado o valor total ou de parte das doações que realizou por meio de créditos no cálculo do imposto de renda* (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014).

No Canadá, introduzido com a primeira grande reforma do sistema de financiamento político no país, em 1974, esse modelo incentiva os cidadãos a fazer doações a partidos políticos privilegiando montantes moderados. Inicialmente, sobre os primeiros 100 dólares canadenses de cada doação, o cidadão recebia um crédito de 75 dólares (75%), a ser descontado no imposto de renda. Os valores posteriormente foram ajustados. Hoje, essa porcentagem vale sobre os primeiros 400 dólares de cada doação. A restituição cai para 51% para valores acima de 1.275 dólares (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014).

Ou seja, é aplicada uma tabela progressiva de participação do Estado em proporção ao que fora doado, mas é considerado cada centavo da doação e não apenas parte dela como é feito no modelo de cofinanciamento americano. Assim, se o indivíduo doar C\$ 1.000 hoje, sobre os C\$ 400 iniciais é considerado o desconto de 75% (setenta e cinco por cento) e nos C\$ 600 restantes é aplicado o desconto equivalente a 51% (cinquenta e um por cento). Logo, o doador terá restituição de C\$ 300 pela primeira parte e C\$ 306 pela segunda, somando um total de C\$ 606 de restituição no imposto de renda.

Uma das críticas a essa sistemática é que ela não consegue mobilizar o financiamento pelo cidadão comum. No Canadá, que tem aproximadamente 20 milhões de eleitores, apenas cerca de 50 mil fazem uso dessa forma de doação, a grande maioria pertencente ao estrato mais alto da sociedade. Mas as vantagens sobre grandes doações empresariais são inegáveis (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014).

O cidadão que não paga imposto de renda, é isento, acaba sendo marginalizado nesse caso. Afinal, não haveria interesse de sua parte em efetuar doações sabendo que o benefício de restituição tributária não lhe seria aplicável.

Na França, um sistema similar é praticado. Os doadores têm direito a um desconto no imposto de renda de 66% do valor doado, até um limite de 7.500 euros por pessoa física (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014).

1.4.3 FINANCIAMENTO CIDADÃO

Esse terceiro e último modelo de coparticipação é considerado o mais radical, pois a destinação do recurso público é feita por intermédio da escolha dos cidadãos, independentemente de doação privada e nem significará reembolso de gastos com impostos.

Conforme lição de Bruce Ackerman (2004), criador desse financiamento cidadão, o conceito básico do modelo são os *Patriot Dollars*. O Estado

concederia a todos os cidadãos o direito de definir a destinação do financiamento público. Seria um valor pré-definido de R\$ 50, por exemplo, sem qualquer valor para o mercado comum, e cada cidadão ficaria autorizado a definir para qual candidato, partido ou grupo de interesse a doação seria feita. Quando o eleitor entregasse sua cédula de votação automaticamente o recurso, antes sob sua responsabilidade, seria enviado a uma conta da entidade escolhida.

A ideia básica é abrir mão da distribuição dos recursos públicos por meio de um quociente fixo, deixando o cidadão decidir sobre a alocação dessa verba. Com isso, dois problemas básicos do financiamento político em muitos países seriam cercados simultaneamente. O primeiro se refere à capacidade limitada ou inexistente do cidadão de baixo poder aquisitivo para destinar recursos a campanhas eleitorais. O financiamento cidadão atacaria essa questão ao atribuir poder de financiamento a esse eleitor, por meio de recursos públicos. Isso tornaria a voz dos cidadãos mais forte no processo de financiamento das eleições e dos partidos. Não seriam mais as empresas os maiores financiadores, mas os eleitores.

O segundo desafio é achar uma fórmula para a distribuição dos recursos públicos que não distorça a competição eleitoral. Delegar a decisão ao eleitor parece a solução mais aceitável. O financiamento não seria alocado segundo um critério rígido, que favorecesse apenas os partidos grandes ou os pequenos. Todas as agremiações teriam a mesma chance de convencer os cidadãos a lhes conferir o dinheiro (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014).

Como podemos ver, cada sistema político possui uma forma que estimula a aproximação dos políticos com a sociedade. Em contraponto, há também participação dos eleitores que buscam cada vez menores financiadores para apoiar o candidato, formando uma rede política, pois sabem que quanto mais recursos privados de pequena monta maior é o aporte público. Além disso, a participação de pessoas jurídicas terá cada vez menos relevância para o candidato, cujo foco será o investimento nas relações diretas com pessoas físicas detentoras do poder de destinação dos *Patriot Dollars*.

2 RELAÇÃO ENTRE FINANCIAMENTO E SISTEMA ELEITORAL E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA

O fator determinante para a definição do modelo de financiamento aplicável na campanha é o sistema eleitoral: seja ele proporcional; majoritário; ou misto. Em eleições majoritárias, por exemplo, as maiores doações são feitas aos candidatos de forma individualizada, quando interessa investir na figura política, já nas proporcionais estas são direcionadas aos partidos, quando, em regra, o voto é principiológico. Por que isso acontece?

O primeiro ponto a destacar é o fato de que no pleito majoritário o eleitor utiliza o critério de afinidade, de identificação com o candidato e suas propostas de campanha, e isso acontece mais facilmente quando poucos indivíduos disputam determinado mandato. O segundo ponto é a influência do financiamento público no processo eleitoral.

Portanto, podemos concluir a partir dessa análise inicial que os modelos de sistemas eleitorais são instalados com base em duas características: aquele em que o ente norteador é candidato, o cidadão pleiteante do mandato; a segunda diz respeito àquela em que norte das destinações é o partido; e, por último, temos aquele em que tanto o candidato quanto o partido ditam as regras que influenciam o resultado.

No modelo majoritário, em que ganha o direito de exercer o mandato o candidato que receber o maior número de votos, temos o uso do financiamento privado de forma individualizada, onde os recursos são destinados com base na

influência política da pessoa e não do partido. Raramente são eleitos indivíduos sem uma carreira consolidada.

Já no modelo proporcional, onde as vagas são do partido e o preenchimento é feito com base na quantidade de votos que cada agremiação recebe, o financiamento é feito diretamente à legenda, à ideologia. Cabe destacar que, em regra, os candidatos que recebem mais votos são conhecidos como “cabeça de chapa” no modelo proporcional, ou seja, o partido define quem será o indivíduo que será o foco principal da campanha e “carregará os demais nas costas”.

No sistema misto, em que é possível verificar a existência simultânea do sistema majoritário com o proporcional, tudo dependerá da vaga em disputa: seja para membros do Poder Legislativo ou do Executivo.

Segundo Jairo Nicolau (2013), nos sistemas proporcionais a preocupação está em garantir que haja uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputam uma eleição, já no sistema majoritário a preocupação está em assegurar apenas a representação do candidato mais votado em uma eleição.

Assim, a definição do sistema eleitoral aplicado no país em análise dita também a divisão entre financiamento público, financiamento privado ou financiamento misto. Passemos então à análise prática da junção do sistema eleitoral e o subsídio eleitoral.

2.1 FINANCIAMENTO ELEITORAL BRASILEIRO

Daremos início à análise com o modelo brasileiro, onde está instalado o sistema eleitoral misto, também é consagrado o financiamento misto a todos os pleitos. Tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, a fórmula é a mesma.

O financiamento de campanha no Brasil é feito com a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (conhecido como “Fundo Partidário”) ⁴, que é composto por recursos orçamentários e recursos privados, em que pessoas físicas e jurídicas participam, dentro do limite legal, com doações. Há também o financiamento direto aos partidos e candidatos promovido por pessoas físicas e jurídicas.

O Fundo Partidário (FP), segundo disposição normativa, é constituído por multas e penalidades pecuniárias, aplicadas nos termos do Código Eleitoral e das leis conexas a este, por recursos financeiros que lhes forem destinados por lei ordinária, em caráter permanente ou eventual, por doações de pessoas físicas ou jurídicas, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do FP e por dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, a cada ano, o número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta de lei orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995 (BRASIL, 1995).

⁴ Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que *Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal*. Sítio Eletrônico da Presidência da República, arts. 38 e 39;

Segundo informações constantes do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as destinações dos duodécimos (como é chamado o valor oriundo do Orçamento Geral da União) é feita em 12 (doze) parcelas iguais, disponibilizadas mensalmente, já as das multas e penalidades aplicáveis por lei são distribuídas conforme a arrecadação do mês anterior fechado. E, de acordo com o art. 41-A da Lei nº 9.096/1995, a distribuição dos recursos será da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do total do FP será distribuído em partes iguais aos partidos aptos que tenham estatuto registrado no TSE; e os 95% (noventa e cinco por cento) restante será distribuído na proporção de votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados (CD).

Ademais, cumpre-nos destacar a existência do financiamento eleitoral público indireto, relativo ao tempo de rádio e de televisão, mas antes devemos explicar a diferença entre propaganda eleitoral e propaganda partidária. Esta última é basicamente aquela em que há divulgação das plataformas do partido e não de um candidato específico, com o intuito de difundir as ideologias partidárias, anúncios aos filiados, divulgar posição do partido sobre temas específicos e difusão de mensagens de incentivo à participação feminina na política. Essas propagandas só podem acontecer até 3 (três) meses antes do início do período eleitoral. Já a propaganda eleitoral é aquela que acontece apenas no período autorizado, ou seja, só pode acontecer durante o pleito eleitoral e é regulamentada pelo art. 47 da Lei nº 9.504/97 – Lei das Eleições.

De acordo com o referido artigo:

as emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 [da norma] reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita (BRASIL, 1997).

Ou seja, esse espaço de tempo ficará disponível e será distribuído, conforme definição legal, com direta relação ao cargo em disputa, os horários de exposição, os dias da semana e com base na proporcionalidade partidária na CD de cada agremiação, definida na eleição anterior.

Podemos afirmar, portanto, que o Brasil está entre os países que mais fomentam o financiamento eleitoral, pois provê, além dos fundos públicos diretos, o acesso livre à mídia, taxaões especiais aos partidos e outras transferências indiretas (PEIXOTO, 2009), valores que dizem respeito à maior parte dos custos eleitorais.

Ademais, em relação ao financiamento privado:

O artigo 23 regula a contribuição de campanha de pessoas físicas, limitando a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior a eleição. No caso de recursos próprios [do candidato], o limite é o teto estabelecido pelo partido do candidato (art. 23, 1, II, 9.504/97). Por sua vez, o artigo 81 permite contribuições oriundas de pessoas jurídicas, desde que limitadas a 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição (art. 81, 9.504/97) (FIGUEIREDO FILHO; DE MELO, 2012).

Ainda, com base no estudo apresentado por Dalson Britto Figueiredo Filho e Natália Maria Leitão de Melo (2012), a legislação brasileira veda claramente a participação de entidades ou governos estrangeiros, autoridades e órgãos públicos, sociedades de economia mista, concessionárias ou permissionárias, entidades beneficentes religiosas, entidades esportivas e organizações não governamentais que recebam recursos públicos, organizações da sociedade civil de interesse público, sociedades cooperativas de qualquer grau ou natureza e os cartórios de serviços notariais e de registro público.

Essa última diferenciação foi também aventada como inconstitucional na Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela OAB, pois teoricamente impediria que entidades com finalidades específicas diversas da percepção de lucro,

como associações e sociedades cooperativas, tenham direito de se fazer representar no processo eleitoral.

2.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL FRANCÊS

Passemos à descrição do financiamento eleitoral francês, cujo sistema eleitoral é o semi-presidencialismo de 2 (dois turnos), verifica-se a aplicação do financiamento misto sem participação de pessoa jurídica.

Lá é admitido apenas o aporte de pessoas físicas. Também não se permite a participação de empresas e pessoas estrangeiras, além de existir teto para doações. Há destinação específica de recursos públicos para financiar as campanhas eleitorais na forma de reembolso de gastos após o fim das campanhas, desde que atingido 5% (cinco por cento) dos votos da circunscrição (das maiores que 9 mil habitantes) (BACKES, 2013).

Ainda segundo quadro apresentado por Ana Luiza Backes (2013, p. 6), o financiamento público em campanhas de deputados federais, cujo sistema eleitoral é majoritário, os recursos destinados são calculados por circunscrição. Ou seja, é destinada *para cada candidato em cada uma das 577 circunscrições, uma quantia que varia entre 23 e 30 mil euros, conforme o respectivo número de habitantes*. Existe limite de gasto e equivale ao dobro do valor definido aos recursos públicos.

Com isso, só terá direito ao reembolso 47,5% (quarenta e sete e meio por cento) do limite estabelecido para as despesas o candidato a Deputado e a Presidente que, conquistado o pré-requisito de votos citado acima, tenha imprescindivelmente contas aprovadas pela autoridade eleitoral. E, além disso, todo

candidato a Presidente, independentemente do resultado do pleito, recebe uma soma igual 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento) do limite de gastos fixados em lei. As doações de pessoas físicas, única forma de financiamento privado admitido, são limitadas ao somatório máximo de 4.600 euros (em valores atualizados no ano de 2013) por doador, independentemente da quantidade de candidatos beneficiados (BACKES, 2013).

2.3 FINANCIAMENTO ELEITORAL PORTUGUÊS

Em Portugal as eleições para os 230 (duzentos e trinta) mandatos disponíveis na Assembleia da República (AR) são feitas pelo sistema eleitoral de lista fechada, possuindo o eleitor o direito a voto singular na lista e o partido elegerá tantos parlamentares quantos votos necessários atingir por cadeira. As listas serão organizadas com a indicação de candidatos efetivos igual ao número de mandatos atribuídos a cada círculo eleitoral, sendo que este corresponde a uma Região Administrativa, cabendo, ainda, a designação de suplentes em número não inferior a dois e nem superior a cinco⁵.

O financiamento de campanhas é disciplinado em lei específica⁶, que também trata do financiamento partidário, sendo admitida a participação privada apenas de pessoas físicas. O financiamento, portanto, é misto, com vedação de doações de pessoas jurídicas, com limitação de gastos eleitorais que variam com base nas províncias.

⁵ PORTUGAL. Lei nº 14/79, de 16 de maio. *Lei Eleitoral da Assembleia da República*. Diário da República, 1ª série, nº 112, art. 12º e seguintes;

⁶ _____. Lei nº 19/2003, de 20 de junho. *Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais*. Diário da República, .ª Série - A, n.º 140. de 20 de Junho de 2003, Capítulo III, arts. 15º ao 20º;

O financiamento público é calculado posteriormente às eleições e com base na proporção dos resultados apurados e terão valor individualizado para cada um dos cargos. Ou seja, a dotação para mandato na AR, por exemplo, é de 20.000 (vinte mil) salários mínimos mensais nacionais.

Além disso, somente terão direito aos recursos aqueles partidos políticos que:

concorram ao Parlamento Europeu ou, no mínimo, a 51% dos lugares sujeitos a sufrágio para a Assembleia da República ou para as Assembleias Legislativas Regionais e que obtenham representação, bem como os candidatos à Presidência da República que obtenham pelo menos 5% dos votos. A repartição da subvenção é feita em função dos votos: 20% são igualmente distribuídos pelos partidos e candidatos que preencham as exigências acima e os restantes 80% são distribuídos na proporção dos resultados eleitorais obtidos (BACKES, 2013).

2.4 FINANCIAMENTO ELEITORAL ESPANHOL

A Lei Orgânica nº 8, em vigor desde 2007, *consolidou a natureza mista do financiamento de partidos na Espanha, permitindo o aporte de recursos privados e o uso de recursos públicos, distribuídos em proporção à representatividade das agremiações partidárias* (RODRIGUES, 2012) na monarquia parlamentarista espanhola onde é eleito, além dos membros do parlamento, o primeiro ministro.

Dentre estes recursos estão as subvenções com aplicação de reembolso para gastos eleitorais, além das relativas a gastos ordinários (necessários ao regular funcionamento partidário) e com propagandas destinadas à disseminação das plataformas partidárias.

Mas é a Lei Orgânica nº 5, de 1975, que regulamenta efetivamente o financiamento de campanha eleitoral. Ela admite, além do financiamento público, a

participação de empresas desde que estas não tenham natureza de economia mista e que não contratem com o Estado, exigindo transparência na prestação de contas que serão posteriormente auditadas por um órgão público. Com eleições em sistema de lista fechada, os 350 (trezentos e cinquenta) deputados são eleitos (BACKES, 2013) a compor o Congresso de Deputados.

Assim, as cadeiras são preenchidas com base na quantidade de votos obtidos por agremiação partidária e na ordem predeterminada. Aquele partido que obtiver o maior número de votos também receberá o direito a preencher o maior número de cadeiras.

Portanto, o Estado espanhol subvenciona as eleições para o Congresso de Deputados, por exemplo, com o reembolso de gastos, onde o cálculo é feito com base na quantidade de cadeiras obtidas e por cada voto conseguido, desde que o partido obtenha no mínimo uma vaga. Além disso são reembolsados gastos com o envio direto e pessoal de propagandas impressas, sendo possível o adiantamento de até 30% (trinta por cento) do valor dos recursos obtidos nas eleições anteriores para o respectivo cargo, cabendo destacar que, além da limitação de gastos eleitorais, existe a de doações: seja pessoa física ou jurídica, o valor máximo permitido é de 10.000 euros (BACKES, 2013).

Uma novidade trazida pela norma que regulamenta o financiamento partidário espanhol é a previsão de multa aplicável às agremiações que percebam doações que ultrapassem os limites e requisitos legais (RODRIGUES, 2012). Com isso, podemos concluir que há um controle tanto na arrecadação quanto nos gastos eleitorais naquele país, buscando maior eficiência e transparência ao processo.

2.5 FINANCIAMENTO ELEITORAL BRITÂNICO

Segundo Ana Luiza Backes (2013), o financiamento eleitoral da monarquia parlamentarista britânica é exclusivamente privado, admitindo-se, inclusive, o aporte com recursos estrangeiros, inexistindo teto para doações. É, ainda, imprescindível a publicidade de contas, cujo controle é exercido por um órgão independente do Estado.

O sistema eleitoral do Reino Unido está fundamentado na lógica majoritária simples que tem por princípio fundamental que no distrito ou circunscrição, elege-se o partido ou candidatos que alcançam o maior número de votos, até completar a representação que cabe àquela circunscrição, desprezando os votos dos demais partidos ou candidatos (RIBEIRO; MARIANO, sem ano).

Logo, temos este como um modelo excepcional, focado no fato de que não compete ao governo interceder diretamente na campanha eleitoral, fugindo do raciocínio de que seria responsabilidade do Estado o fornecimento de recursos para tornar a disputa igualitária. Afinal de contas, com base no modelo britânico, poderíamos dizer que o mais correto seria o Estado fornecer apenas subsídios necessários à manutenção ordinária das organizações partidárias?

Ademais, a Lei de Partidos Políticos, Eleições e Referendos prevê apenas dois tipos de subvenções estatais destinadas a custear despesas partidárias e não eleitorais. Seriam: os subsídios relacionados ao desenvolvimento de políticas e produção de documentos relativos a posicionamento sobre políticas públicas; e o chamado *Short Money*, destinado à manutenção dos partidos de oposição (RODRIGUES, 2012).

2.6 FINANCIAMENTO ELEITORAL NORTE-AMERICANO

O sistema eleitoral norte-americano é *distrital*, como na Inglaterra, mas as eleições para a Câmara dos Deputados é *bianual*, justamente porque os distritos são muito pequenos. Então, a taxa de renovação acaba sendo muito alta (BENEDUZI, 2015). Já a eleição presidencial ocorre a cada 4 anos, com direito à reeleição por idêntico período.

O financiamento eleitoral é misto, pois admite, além do aporte público, a aplicação de recursos oriundos de pessoas físicas. A participação de pessoa jurídica nessa relação eleitoral é feita de forma indireta, por intermédio de Comitês de Ação Política (chamados de PAC⁷) e não diretamente a partidos ou candidatos. Os referidos comitês não podem doar recursos, ou seja, financiar diretamente, mas podem, por exemplo, promover ações de publicidade em prol de determinada plataforma política.

A participação de recursos governamentais está diretamente ligada às eleições presidenciais, tanto nas primárias⁸ quanto na eleição geral. Os partidos dependem de arrecadação de seus comitês para sustentar as demais campanhas. Logo, o financiamento público é promovido com o ressarcimento de gastos válidos de campanha.

Há ainda a distribuição de recursos aos partidos em âmbito nacional com o objetivo específico de custear a realização de convenções nacionais de

⁷ A sigla de *Political Action Committee*, em inglês;

⁸ Primárias é a fase em que os partidos definem o seu candidato ao cargo presidencial. Dentro dos partidos ocorre uma eleição prévia em que os delegados decidem qual político concorrerá à presidência da república em nome da agremiação partidária;

nomeação do candidato do partido à eleição geral. Mas em ambos os casos o partido que decide receber recursos públicos acata a aplicação de limites e do controle de gastos de campanha.

Ademais, temos o financiamento público em contrapartida, chamado de *matching fund*, aplicado nas eleições primárias onde é possível verificar a alocação parcial de recursos do Governo Federal. O sistema é de um para um. Ou seja, a cada US\$ 250 arrecadados de pessoa física (esse valor pode ser de uma ou do acúmulo de arrecadação com cem pessoas, por exemplo) para um candidato importará a este em US\$ 250 de financiamento público, por exemplo, mas o total arrecadado de recursos governamentais não pode ser maior que a metade do limite nacional de gastos com a campanha nas primárias. Ou seja, se o limite de gasto nacional for de US\$ 100,000.00 o valor total não pode ser superior a US\$ 50,000.00.

Temos que falar, ainda, nas proibições de participação direta de financiamento privado no processo eleitoral e para isso aproveitamos a tabela elaborada por Dalson Britto Figueiredo Filho e Natália Maria Leitão de Melo (2012), onde há uma comparação do modelo estadunidense com o brasileiro em relação à admissão de recursos oriundos de:

Fonte	Brasil	Estados Unidos
Entidade ou governo estrangeiro	X	X
Empresas privadas com finalidade lucrativa		X*
Empresas com contratos com o governo (concessionárias ou permissionárias)	X	X
Entidades de classe ou sindicais	X	X
Doações anônimas	X	X**

*Empresas privadas com finalidade lucrativa não podem contribuir diretamente para as campanhas eleitorais. No entanto, é possível doar indiretamente por meio dos Comitês de Ação Política (*Political Action Committees – PACs*).

** Contribuições com valor inferior a \$ 50,00 não precisam ser identificadas.

2.7 FINANCIAMENTO ELEITORAL CANADENSE

Passemos a falar da monarquia parlamentarista canadense, onde é admitido o financiamento misto de campanha eleitoral. Lá as eleições são organizadas pela Comissão Eleitoral do Canadá, a quem cabe também a fiscalização e o controle sobre a arrecadação de recursos e gastos de partidos e candidatos (ARAÚJO, 2004).

Antes nos cumpre explicar o modelo eleitoral aplicado:

Conservando as tradições herdadas pelo Parlamento Britânico, o Parlamento Canadense é composto pela Rainha (representada pelo Governador Geral), Senado e Câmara dos Comuns. O Senado, também chamado de Câmara Alta segue os moldes da Câmara dos Lordes da Inglaterra. Seus 104 membros não são eleitos, mas sim nomeados e estão essencialmente divididos pelas quatro principais regiões do Canadá: Ontário, Quebec, Províncias do Atlântico e Províncias do Oeste. O Senado tem os mesmos poderes da Câmara dos Comuns, com algumas exceções.

A Câmara dos Comuns é o lugar de onde se origina a maior parte das leis. Tem 295 membros, cada um vindo das 295 eleitorados ou zonas eleitorais. A Constituição Canadense prevê a eleição de uma nova Câmara dos Comuns pelo menos a cada 5 anos. Assim como no Reino Unido e Estados Unidos, os eleitores simplesmente escolhem o candidato, em um ou dois turnos.

Em cada distrito eleitoral, o candidato que recebe o maior número de votos é eleito, mesmo que seus votos não cheguem a representar 50% do total. Em geral, os candidatos representam um partido político reconhecido, embora alguns concorram independentemente, e o partido que ganha o maior número de lugares geralmente forma o governo. O líder do partido majoritário é nomeado Primeiro Ministro pelo Governador Geral⁹.

Segundo Caetano Ernesto Pereira de Araújo (2004), no modelo canadense o financiamento público é aplicado por renúncia fiscal de parte do imposto de renda dos doadores a partidos e candidatos e pelo reembolso parcial dos gastos de campanha.

⁹ http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/organization-organisation.aspx?lang=por

Não se trata de isenção tributária, mas de dedução integral de recurso gasto com o financiamento eleitoral (SPECK, 2015). Há, portanto, um incentivo à participação de doadores com a aplicação de uma tabela progressiva de desconto no imposto de renda.

Logo, desde 1974, é possível que um cidadão, ao promover doações a partidos políticos, desconte um valor no imposto de renda. No início, sobre os primeiros C\$100 de cada doação, o cidadão recebia um crédito de C\$ 75 (75%), a ser descontado no imposto de renda. Hoje, essa porcentagem vale sobre os primeiros C\$ 400 de cada doação. A restituição cai para 51% para valores acima de C\$ 1.275 (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014). Portanto, há uma progressão de doações e respectivos descontos, até o máximo de C\$ 1.150 de doação, que dá o direito a C\$ 500 de crédito ou abatimento no imposto (ARAÚLO, 2004). A crítica é que esse modelo desconsidera a participação de cidadãos isentos de tributação.

Por fim, em relação à restituição de gastos de campanha, destaca-se que isso apenas ocorre com a aprovação integral das contas eleitorais por instituição de auditoria acreditada pelo governo canadense. Logo, o reembolso parcial pode chegar a 22,5% dos gastos dos partidos que ultrapassem os 2% dos votos, desde que as contas sejam aprovadas. Já no caso dos candidatos, 50% dos gastos podem ser reembolsados (ARAÚJO, 2004).

2.8 FINANCIAMENTO ELEITORAL ALEMÃO

A Alemanha, uma república parlamentarista, tem o Poder Legislativo constituído por duas Câmaras: a Alta e a Baixa. Segundo Renato Beneduzi (2015), a

Câmara Alta tem seus membros indicados pelos Governos dos Estados. Ou seja, os Legislativos Estaduais elegem os representantes da Câmara Alta. Já na Câmara Baixa do Parlamento alemão a escolha é feita por voto direto.

Lá o sistema eleitoral é misto, com voto em lista, com escolha de metade do Parlamento em pequenos distritos. Roberto Carlos Martins Pontes e Leo Oliveira van Holthe (2015) destacam que, em âmbito nacional, o Parlamento é o *Bundestag*, o qual, entre outras, tem a função de eleger o Chanceler Federal, que representa o chefe do Governo da Alemanha. As eleições da Câmara Baixa são promovidas em duas etapas. Na primeira é aplicado o sistema eleitoral majoritário uninominal, ou seja, cada partido político concorre com um único candidato por distrito, sendo eleito o mais votado (a partir do princípio da maioria simples). A segunda metade é eleita pelo sistema proporcional em listas fechadas apresentadas por cada partido em âmbito nacional. Observe-se que a circunscrição eleitoral das 299 cadeiras proporcionais é o estado-membro (e não o distrito), razão pela qual cada partido político apresenta uma única lista partidária em cada estado e a quantidade de cadeiras a que tem direito neste é calculada com base na quantidade de votos que tenha obtido na mesma circunscrição eleitoral.

O financiamento eleitoral é misto, sendo admitida a participação ilimitada de pessoas jurídicas, exigindo-se, apenas, transparência nas declarações de doações recebidas por agremiações partidárias. Há a proibição de que empresas que tenham, direta ou indiretamente, participação do Estado em seu capital social possam doar. É exigida, ainda, a prestação anual de contas das doações recebidas.

E, conforme relatado pela Revista *A responsabilidade das Empresas no Processo Eleitoral* (2014), na Alemanha as organizações partidárias recebem o

financiamento público de campanha por meio da aplicação do modelo de distribuição chamado *matching fund*. As fontes consideradas para tanto são as contribuições ordinárias dos filiados, as contribuições dos candidatos e as doações. Para cada euro arrecadado, o partido recebe 38 centavos de euro do Estado, valendo apenas para recursos advindos de pessoas físicas cujo limite máximo é de 3.300 euros, logo o cofinanciamento pode chegar a 1.254 euros por doador.

3 ESTUDO DO CASO BRASILEIRO

Antes da apresentação do estudo de caso brasileiro devemos apresentar o perfil de financiamento de campanha eleitoral e para tanto trazemos levantamento completo feito pelos professores Bruno Wilhelm Speck e João Luiz Pereira Marciano (2015) e trazido pela publicação *A responsabilidade das Empresas no Processo Eleitoral*, em seu capítulo quarto. Após entraremos na análise da Ação ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e da discussão de reforma política acontecendo atualmente na Câmara dos Deputados (CD).

3.1 PERFIL DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

Segundo o citado estudo, o financiamento das campanhas em nosso país possui extrema desigualdade entre os candidatos a deputado federal em relação à capacidade de arrecadar recursos e essa discrepância na arrecadação está intimamente relacionada ao sucesso deles no pleito. Cita o exemplo das eleições proporcionais, onde candidatos com poucos recursos tendem a ter poucos votos em contraponto com o fato de os mais votados terem maior probabilidade de arrecadar mais (SPECK; MARCIANO, 2015). Ou seja, o dinheiro segue os votos.

A partir da análise dos referidos professores, é possível distinguir que nas últimas três legislaturas, cujas eleições aconteceram nos anos de 2002, 2006 e 2010, revelou-se uma variação significativa quanto ao total de recursos arrecadados, sendo que o estudo cuidou de dividir tal variante em: volume total de recursos; a

composição da origem dos diferentes recursos; e na relação entre candidato com financiadores individuais (SPECK; MARCIANO, 2015).

A primeira descoberta foi que em relação ao volume total de recursos a diferença nos perfis de arrecadação é verificada também nas Unidades da Federação (SPECK; MARCIANO, 2015). Ou seja, deputados oriundos da mesma circunscrição apresentam perfis bastante diferentes quanto à sua capacidade de arrecadar recursos.

Já pela ótica da origem do dinheiro, o perfil de financiamento apresentou nova variação significativa:

- a) no pleito de 2002 cerca de 20% (vinte por cento) dos representantes receberam metade ou mais dos seus recursos de pessoas físicas e outros 14% (quatorze por cento) financiaram metade ou mais dos seus recursos com fontes próprias. Ou seja, no total, 51% (cinquenta e um por cento) dos candidatos receberam metade ou mais dos seus recursos de pessoas jurídicas (SPECK; MARCIANO, 2015);
- b) na análise das três eleições (2002, 2006 e 2010) verificou-se uma retração dos recursos provenientes de pessoas jurídicas, físicas e próprios e um crescimento nas transferências de outros candidatos e de partidos políticos. Com isso, o número de candidatos que se apoiam em recursos próprios e doações de pessoas físicas diminuiu entre 2002 e 2010, assim como cai também a proporção de candidatos financiados por pessoas jurídicas. Logo, a transferência de outros candidatos ou de partidos políticos toma papel mais importante que nos pleitos

anteriores, indicando a substituição de fontes antigas de recursos e uma maior diversificação das origens (SPECK; MARCIANO, 2015).

Por fim, em relação ao terceiro aspecto de análise do perfil de financiamento promovido pelo estudo dos professores Bruno Wilhelm Speck e João Luiz Pereira Marciano (2015) foi analisado o grau de concentração dos recursos em poucos financiadores. Foi verificado que a grande maioria dos representantes eleitos possui uma dependência direta das fontes de financiamento de campanha, pois poucos foram capazes de manter a influência de doadores individuais abaixo do patamar de 10% (dez por cento) do total financiado. Ou seja, a grande maioria não terá capacidade de recusar demandas advindas de tais doadores sem se preocupar com a perda de apoio em um pleito futuro.

O achado seguinte diz respeito ao fato de que, em números absolutos, detectou-se um crescimento dos valores aplicados em financiamento de campanhas, provocando um grande aumento de volumes entre os diferentes anos. Tal incremento, segundo os autores, pode ser creditado a dois fatores: em primeiro lugar, o crescimento dos valores reais dos custos de campanhas; em segundo lugar, a maior lisura na prestação de contas, com uma tendência a incluir valores não declarados em anos anteriores na prestação de contas oficial (SPECK; MARCIANO, 2015).

Em relação à origem de recursos, entendemos por bem apresentar tabela elaborada pelos autores, onde é possível verificar uma descrição em relação à origem dos recursos relativos ao financiamento dos candidatos (SPECK; MARCIANO, 2015):

	Próprios	Física	Jurídica	Candidatos	Partidos
2002	14,7%	18,1%	64,3%	2,3%	0,6%
2006	15,4%	15,1%	60,1%	5,3%	4,1%
2010	9,6%	12,7%	45,4%	12,7%	19,7%

Para auxiliar a interpretação, os autores dizem que tanto candidatos como partidos políticos ampliaram o seu papel como intermediários de recursos de empresas nas eleições de 2010. Logo, no que diz respeito à análise de possíveis relações de dependência dos representantes eleitos quanto aos seus potenciais financiadores, a evolução demonstrada na tabela importa no fato de que dois novos atores assumiram papel de destaque. O primeiro diz respeito aos candidatos, cuja capacidade de arrecadação supera a necessidade de gastar na própria campanha e acabam sendo financiadores importantes de outros candidatos. O segundo diz respeito aos partidos políticos, cuja ascensão como intermediários de recursos se deu de forma mais acentuada ainda, pois conseguem convencer os doadores empresariais de que o melhor caminho é financiar não os candidatos diretamente, mas a organização partidária, ganhando, assim, um papel importante na evolução da carreira eleitoral dos políticos em questão (SPECK; MARCIANO, 2015).

Em resumo, o estudo concluiu que:

a estrutura de arrecadação dos representantes eleitos não apresenta um padrão único. Pelo contrário, podemos separar os deputados dependendo da predominância de uma fonte de arrecadação sobre as outras. Um segundo resultado se refere às mudanças dos diferentes tipos de financiamento no tempo e a emergência de um novo perfil de candidato, dependendo mais de transferências de recursos de outros candidatos e dos partidos políticos. O terceiro resultado diz respeito à relação entre doadores e representantes individuais. A influência dos financiadores principais das candidaturas de deputados em exercício se estende a grupos grandes de deputados, frequentemente maiores que as bancadas de muitos partidos no Congresso. Por outro lado, um número grande de deputados não consegue diversificar suas fontes de arrecadação. O papel importante que doadores

individuais desempenham na campanha de muitos deputados coloca em dúvida a capacidade destes de cumprir o seu compromisso principal com o eleitorado e com os cidadãos que representam (SPECK; MARCIANO, 2015).

Logo, a despeito do que sempre se alega, não há como afirmar cientificamente que o perfil arrecadatário de determinado candidato determina efetivamente sua atuação no Congresso Nacional, mas é possível dizer que há influência de doadores no resultado do pleito. Ademais, com o passar dos anos, o financiamento eleitoral tem sofrido grandes alterações de perfil, fato esse que provocou a adaptação dos atores à nova realidade. Hoje temos maior importância de financiadores individuais em detrimento da participação de grandes corporações.

A publicação *A Responsabilidade das Empresas no Processo Eleitoral*, divulgada no ano de 2014, traz em seu capítulo quarto *O perfil do financiamento político no Brasil*, promovido a partir da análise dos dados de financiamento declarados nas prestações de contas públicas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde concluiu que:

Em resumo, o financiamento das campanhas eleitorais é caracterizado pela concentração. Os recursos vêm predominantemente do setor privado. Somente uma fração das empresas (1%), porém, participa do financiamento das campanhas eleitorais. Dentro desse grupo pequeno, novamente uma pequena fração (1.000 empresas) é responsável por 50% a 80% do total das doações de todo o setor privado e os dez maiores doadores concentram suas contribuições nas capitais e nos maiores partidos. Esse fenômeno de concentração múltipla das doações privadas caracteriza as eleições no Brasil e separa o país de outros com financiamento privado mas menos monopolizado.

E, conforme afirmação do Ministro Dias Toffoli em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados¹⁰,

¹⁰ Nota taquigráfica de audiência pública da Comissão Especial da Reforma Política (PEC 182/07), realizada no dia 10 de março de 2015, com participação do Ministro Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília: Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, do Senado Federal, e apensadas (Comissão Especial da Reforma Política). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade->

tendo em vista as eleições de 2014, no seu conjunto total: os recursos do Fundo Partidário, nas eleições de 2014, financiaram 5% dos valores das campanhas eleitorais. O Fundo Partidário financiou, em todas as campanhas de 2014, 5%.

Recursos privados, portanto, financiaram 95% dessas campanhas eleitorais. Entre os recursos privados, pessoa física financiou 23,3% — 23,3%. Desses 23,3%, a maior parte dos financiamentos é de Parlamentares que têm condições econômicas de se autofinanciar. São recursos dos próprios candidatos, ou seja, não são de simpatizantes, não são de base eleitoral.

Podemos destacar, como exemplo, a empresa JBS S/A que declarou haver doado (já que tinha direito de doar 2% (dois por cento) de seu faturamento) a diversos candidatos e partidos na eleição de 2014 cerca de R\$ 361.800.000,00. Logo, não há como negar que, apesar de ser legal, essa atuação deriva de um enraizamento excessivo do grupo empresarial na política brasileira, provocado pelo percentual admitido, fato que justifica a reformulação das normas hoje aplicadas.

3.2 *INTERFERÊNCIA DO CFOAB NO PROCESSO POLÍTICO*

Após apresentação dos conceitos de financiamento eleitoral, apresentação do perfil brasileiro de financiamento de campanhas e dos modelos aplicados atualmente, passamos a um dos objetivos deste trabalho que é a análise da questão judicial levantada em torno do tema e em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O cerne da questão apresentada pelo Conselho Federal Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é a:

inconstitucionalidade proposta contra os artigos 23, §1º, I e II; 24; e 81, caput e § 1º, da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições), que tratam de doações a campanhas eleitorais por pessoas físicas e jurídicas. A ação questiona, ainda, a constitucionalidade dos artigos 31; 38, III; 39, caput e §5º, da Lei 9.096/1995 (Lei Orgânica dos Partidos

Políticos), que regulam a forma e os limites em que serão efetivadas as doações aos partidos políticos (BRASIL; STF, 2013).

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispõe sobre financiamento eleitoral privado nos arts. 23, 24 e 81. No primeiro artigo verificamos a admissão de doação por pessoa física para campanhas eleitorais obedecido limite de 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição e, no caso de uso de recursos próprios pelo candidato, o valor máximo de gastos estabelecido pelo partido. O segundo fala da proibição a partido político e candidato de receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade ou governo estrangeiro, órgão da Administração Pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos públicos, concessionários ou permissionários de serviço público, entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal, entidade de utilidade pública, entidade de classe ou sindical, pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior, entidades beneficentes ou religiosas, organizações não-governamentais que recebam recursos públicos e organizações da sociedade civil de interesse público. Já o terceiro dispositivo trata das doações e contribuições de pessoas jurídicas, a serem realizadas a partir do registro dos comitês financeiros dos partidos ou coligações, limitado a 2% (dois por cento) do faturamento bruto do ano anterior à eleição.

Já a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os arts. 14, parágrafo 3º, inciso V, e 17, ambos da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Seu artigo 31 proíbe que partido político receba, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de

qualquer espécie, proveniente de entidade ou governo estrangeiros, autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações orçamentárias, autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviço público, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais e entidade de classe ou sindical. O artigo 38, em seu inciso III, admite que o FP seja composto por doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do fundo. E o artigo 39 prevê no seu caput que, ressalvado o disposto no art. 31 da mesma norma, que o partido político receba doações de pessoas físicas e jurídicas para constituição de fundos próprios. Também diz, em seu parágrafo quinto, que, em ano eleitoral, os partidos políticos poderão aplicar ou distribuir pelas diversas eleições os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas e jurídicas, observando-se o disposto no § 1º do art. 23, no art. 24 e no § 1º do art. 81, todos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e os critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias.

Segundo Daniel Sarmiento, um dos autores da representação que fundamentou a ADI, o quadro normativo acima constituiria prova eloquente de que o atual regime relativo ao financiamento privado de campanhas brasileiro não coíbe a influência indevida do poder econômico sobre a política e, nesse sentido, acaba por violar os princípios constitucionais da democracia, da igualdade política e da república. Logo, declarou que:

Os pedidos formulados no âmbito de referida ADI são no sentido de obter: (i) a proibição de doações por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais; (ii) a adoção de um limite per capita uniforme para doações por pessoas físicas, a ser fixado pelo Congresso Nacional em patamar baixo o suficiente para não violar a igualdade entre os eleitores; bem como (iii) a adoção de um teto para o uso de recursos próprios por candidatos em suas campanhas, também fixado pelo Congresso Nacional em patamar baixo o suficiente para que não seja violada a paridade de armas entre os candidatos (SARMENTO; OSÓRIO, sem ano).

Dado início ao julgamento da ADI, o relator Ministro Luiz Fux votou pela inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, declarando haver três enfoques da ação: o primeiro, relativo à possibilidade de campanha política ser financiada por doação de pessoa jurídica; o segundo, quanto aos valores e aos limites de doações às campanhas; e o terceiro, referente ao debate sobre o financiamento com recursos do próprio candidato. O julgador votou, no mérito, pela inconstitucionalidade do modelo brasileiro de financiamento de campanhas eleitorais por pessoas naturais baseado na renda, alegando que dificilmente haveria concorrência equilibrada entre os participantes nesse processo político. Afinal de contas, a legislação não pode negligenciar a ideia de igualdade de chances, sob pena de a concorrência entre as agremiações se tornar algo ficcional provocando o comprometimento do próprio processo democrático. Concluiu, também, ser inconstitucional o uso de recursos próprios por parte dos candidatos, avaliando que essa regra estimula a desigualdade ao conferir poder político incomparavelmente maior aos candidatos ricos do que aos candidatos pobres (BRASIL; STF, 2013).

Adentrando à análise dos argumentos apresentados pela Presidência da República, o ilustre Relator rechaçou, entre outras afirmações promovidas, o argumento de que, com a declaração de inconstitucionalidade, as empresas continuarão a investir elevadas quantias — não contabilizadas (o chamado *caixa dois*) — nas campanhas eleitorais, alegando que esse fato não constituiria empecilho para que o STF declarasse a desfuncionalidade do atual modelo. Assinalou a inconstitucionalidade dos critérios de doação a campanhas por pessoas jurídicas, sob o enfoque da isonomia entre elas, haja vista que o art. 24, da Lei das Eleições, não estende essa faculdade a toda espécie de pessoa jurídica (BRASIL; STF, 2013).

Conforme podemos depreender do Informativo nº 732 do STF, o relator da matéria:

o Ministro Luiz Fux julgou procedente o pleito para: **declarar a inconstitucionalidade** parcial sem redução de texto do art. 24 da Lei 9.504/1997, **na parte em que autoriza**, a contrario sensu, **a doação por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais**, com eficácia ex tunc, salvaguardadas as situações concretas consolidadas até o presente momento, e declarar a inconstitucionalidade do art. 24, parágrafo único, e do art. 81, caput e § 1º, da Lei 9.507/1994, também com eficácia ex tunc, salvaguardadas as situações concretas consolidadas até o momento. Declarar, ainda, a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto do art. 31 da Lei 9.096/1995, na parte em que autoriza, a contrario sensu, a realização de doações por pessoas jurídicas a partidos políticos, e declarar a inconstitucionalidade das expressões “ou pessoa jurídica”, constante no art. 38, III, e “e jurídicas”, inserta no art. 39, caput e § 5º, todos da Lei 9.096/1995, com eficácia ex tunc, salvaguardadas as situações concretas consolidadas até o presente momento. Da mesma forma, votou pela declaração de inconstitucionalidade, sem pronúncia de nulidade, do art. 23, § 1º, I e II, da Lei 9.504/1997, e do art. 39, § 5º, da Lei 9.096/1995, com exceção da expressão “e jurídicas”, devidamente examinada no tópico relativo à doação por pessoas jurídicas, com a manutenção da eficácia dos aludidos preceitos pelo prazo de 24 meses. **Recomendou ao Congresso Nacional a edição de um novo marco normativo de financiamento de campanhas**, dentro do prazo razoável de 24 meses, **observados os seguintes parâmetros**: a) **o limite a ser fixado para doações a campanha eleitoral ou a partidos políticos por pessoa natural, deverá ser uniforme e em patamares que não comprometam a igualdade de oportunidades entre os candidatos nas eleições**; b) **idêntica orientação** deverá nortear a atividade legiferante **na regulamentação para o uso de recursos próprios pelos candidatos**; e c) em caso de não elaboração da norma pelo Congresso Nacional, no prazo de 18 meses, será outorgado ao TSE a competência para regular, em bases excepcionais, a matéria (BRASIL; STF, 2013) (grifos nossos).

À continuidade do julgamento, o então Ministro Joaquim Barbosa antecipou seu voto (antes da aposentadoria realizada meses depois) no sentido de acompanhar o relator, exceto no tocante à modulação de efeitos. Alegou que a Constituição determina como dever do Estado a proteção da normalidade e da legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico. Em consequência, assentou que a permissão dada às empresas de contribuírem para o financiamento de campanhas eleitorais de partidos políticos seria inconstitucional (BRASIL; STF, 2013).

O Ministro Dias Toffoli também antecipou seu voto acompanhando o entendimento do relator e excetuando em relação à modulação de efeitos. Entre diversos argumentos apresentados, destacamos o fato de haver consignado o

entendimento de inexistir comando ou princípio constitucional que justificasse a participação de pessoas jurídicas no processo eleitoral brasileiro. Dessa forma, se admitido fosse aludiria a violação à soberania popular, pois o financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas demonstraria evidente influência do poder econômico sobre as eleições, a qual estaria expressamente vedada no art. 14, § 9º, da CF (BRASIL; STF, 2013). Mas, como podemos depreender de declarações posteriores, tudo indica que haverá mudança de posição na apresentação da conclusão de seu voto.

Já o Ministro Roberto Barroso, também antecipando seu voto, acompanhou integralmente o Relator, inclusive em relação à modulação de efeitos. Mas se pronunciou, de maneira brilhante, que a inconstitucionalidade das normas referentes não significaria condenação genérica da participação de pessoas jurídicas no financiamento eleitoral. Ao contrário, a declaração trata especificamente do modelo em vigor nos dias atuais, por entender ofensivo ao princípio democrático, na medida em que desigualaria as pessoas e os candidatos pelo poder aquisitivo ou pelo poder de financiamento (BRASIL; STF, 2013).

O Ministro Teori Zavascki, em seu voto-vista, foi o único a sustentar, até o momento, que o problema não está no financiamento estabelecido pelos dispositivos legais impugnados, mas sim no seu descumprimento. O que cabe, segundo ele, é fiscalizar os abusos e a corrupção que possam decorrer de tal financiamento. Destacou, ainda, que a atual legislação foi introduzida no sistema eleitoral justamente após o fracasso do modelo anterior, quando era vedado o recebimento de contribuição de empresas privadas com finalidade lucrativa, e que levou à queda do ex-presidente Fernando Collor, após os abusos cometidos pelo

tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias. Continuou se manifestando contra a proibição de candidatos participarem do financiamento das próprias campanhas, pois a realidade brasileira mostra que o exagero no regramento leva ao surgimento do *caixa dois* (BRASIL; STF, 2014).

O Ministro Marco Aurélio de Mello julgou parcialmente o pedido, pois considerou que são inconstitucionais apenas as doações direcionadas por pessoas jurídicas a partidos políticos, se mostrando favorável ao financiamento promovido por pessoas naturais, desde que existam restrições e critérios. Declarou, acompanhando o entendimento do relator, inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do artigo 24, caput, da Lei 9.504/1997, na parte em que, indiretamente, autoriza doação por pessoas jurídicas; a inconstitucionalidade total do parágrafo único do mesmo artigo 24 e do artigo 81, caput e parágrafo 1º. Votou, ainda, pela inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do artigo 31 da Lei 9.096/1995, no ponto em que admite doações por pessoas jurídicas a partidos políticos; e declarou a inconstitucionalidade das expressões “ou pessoa jurídica” (artigo 38, inciso III) e “e jurídicas” (artigo 39, caput e parágrafo 5º). Rejeitou, por fim, a modulação de efeitos pretendida pelo relator, em que adotou a eficácia *ex tunc* (retroativa) (BRASIL; STF, 2014).

O Ministro Ricardo Lewandowski entendeu pela procedência do pedido de inconstitucionalidade alegando que o financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais por empresas privadas, da forma autorizada pela atual legislação eleitoral, fere o equilíbrio dos pleitos que, em sua opinião, deveria ser regido pelo princípio em que cada cidadão corresponde a um voto, com igual peso e valor. No seu entendimento, em razão das altas cifras envolvidas, hoje o

financiamento privado ofende o artigo 14, parágrafo 9º, da CF/88, que confere ao legislador o dever de elaborar lei complementar para proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico. Portanto, o ministro declarou a inconstitucionalidade dos artigos impugnados pela OAB, pronunciando-se sobre a modulação dos efeitos da decisão, caso seja necessário, apenas ao final do julgamento (BRASIL; STF, 2014).

Desde maio de 2014 o julgamento está suspenso em razão do pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes. Logo, diferentemente do que tem sido noticiado, ainda não há qualquer declaração transitada em julgado que proíba definitivamente a participação de pessoas jurídicas no financiamento de campanha eleitoral. Ademais, cumpre destacar que a grande maioria dos ministros entendeu por bem se manifestar sobre a modulação dos efeitos de declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos questionados apenas à época do julgamento final da Ação e que é possível, até lá, a revisão de suas posições.

Logo, ainda não há certeza se o entendimento jurisprudencial da Corte Suprema de nosso país será efetivamente nesse sentido. Alguns ministros têm se pronunciado sobre o impacto da decisão que declare a inconstitucionalidade da participação de pessoas jurídicas no processo eleitoral. Em recente participação em audiência pública da Comissão Especial da Reforma Política, na CD, o Ministro Dias Toffoli destacou a possibilidade de emenda constitucional sanar a questão, apesar de considerar desnecessário. Continuou dizendo que bastaria lei ordinária para trazer ao ordenamento um modelo de financiamento privado constitucionalmente admitido (BRASIL; CD, 2015).

Sobre o financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais, mais do que ficar discutindo como hoje está colocada no Supremo Tribunal Federal a possibilidade

ou não, a compatibilidade ou não, diante da Constituição, de as empresas e corporações financiarem as campanhas eleitorais, até porque se o Supremo decide que não pode, V.Exas. fazem uma emenda constitucional, tendo a maioria qualificada necessária de três quintos para tanto, e aprovam essa possibilidade (BRASIL; CD, 2015).

Continuou alegando que o mais correto seria, ao admitir a participação de pessoas jurídicas, impor teto de gastos às campanhas, pois:

Temos que limitar teto de gastos, limitar a doação com números absolutos para as empresas. Se V.Exas. legitimamente, dentro do poder que têm de deliberar, mantiverem a possibilidade de as empresas doarem para partidos, que seja só para partidos, e não para a campanha (BRASIL; CD, 2015).

Cumprе destacar que o desrespeito das normas atuais a preceitos fundamentais não serão solucionados com a constitucionalização do tema. O fato é que, conforme entendimento dos autores da ADI apresentado posteriormente:

Isto não significa que a única opção possível para o legislador seja impor o financiamento público de campanha, mas sim que, no mínimo, devem ser estabelecidos limites e restrições significativas ao seu financiamento privado, no afã de proteger a democracia de uma influência excessiva e deletéria do poder econômico (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

Afinal de contas, a questão a ser combatida efetivamente diz respeito ao fato de que:

As regras hoje em vigor quanto ao financiamento de campanhas resultam, de fato, na quase adoção de critérios censitários para a escolha dos governantes. Proclama-se a igualdade formal, o princípio democrático, mas se permite que a desigualdade política prevaleça, pela via da influência do poder econômico sobre a política (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

3.3 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE TEMA INFRACONSTITUCIONAL

Apesar de entender que o CFOAB pretendeu trazer a questão ao STF com o intuito de garantir o respeito a preceitos fundamentais, não podemos deixar de observar que tal ação provocou a constitucionalização de um tema afeto à legislação infraconstitucional. A ADI provocou a instalação de Comissão Especial para tratar sobre uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para regulamentar

em definitivo, impedindo que haja novo questionamento no Supremo sobre o assunto, já que a matéria estará engessada na Carta Magna.

Ou seja, essa foi a maneira que o Congresso encontrou para obrigar o Poder Judiciário a respeitar o que for regulamentado e garantir que o direito concedido não seja questionado e cerceado posteriormente. Inclusive essa ponderação foi apresentada pelo Ministro Dias Toffoli, em recente visita à CD, alegando que seria desnecessário aprovar emenda constitucional para regulamentar o tema, já que legislação ordinária se mostra mais adequada e flexível, podendo ser adaptada à realidade eleitoral a qualquer tempo.

Porém é impossível discordar que o formato em vigor estimula o afastamento dos candidatos daqueles que realmente importam na relação eleitoral. Afinal de contas, quem tem direito de votar e ser representado são os eleitores, mas isso não significa determinar a inconstitucionalidade da participação de pessoas jurídicas. Nesse ponto concordamos com os argumentos apresentados pelos autores da petição inicial da ADI em artigo científico recentemente publicado. Ou seja, o melhor cenário político é aquele em que as campanhas sejam financiadas por uma grande quantidade de pequenas doações de eleitores, culminando num momento virtuoso de mobilização cívica, lembrando que é fundamental limitar ditas doações, para não permitir que a desigualdade econômica de nossa sociedade se converta em desigualdade política. Contudo, os limites estabelecidos atualmente pelo legislador não mantêm relação minimamente razoável com o referido objetivo (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

Há ainda que ser destacada a existência de outro mal afligindo nosso processo político. Um defeito congênito, que acompanha o indivíduo e o estimula a

atuar de forma torpe, com abuso de autoridade e utilizando o mandato em proveito próprio. Estamos falando do dito *poder pelo poder, o crime compensa pelo resultado obtido etc.* Infelizmente ante os recentes escândalos políticos devemos reconhecer que temos uma política contaminada por indivíduos moralmente desviados. Segundo Pedro Fernando Nery e Fernando B. Meneguín (2015):

Na presença de agentes políticos com interesses particulares e agindo de maneira racional, o sistema eleitoral perde importância e o foco passa a ser explicar a corrupção e outras más práticas. (...) S[s]e a culpa pelos erros da classe política fosse do sistema, então haveria algum sistema eleitoral que não abriria brechas para condutas desonestas. Ocorre que isso não existe, todo sistema abre alguma brecha para comportamentos oportunistas ilegais e, por isso, são necessárias instituições capazes de punir essas condutas.

Logo, com o cenário atual, há que se levar em consideração que o medo de perder o poder tem estimulado o engessamento do direito ao financiamento privado no texto constitucional. Mesmo que seja uma estratégia de defesa, não podemos deixar de considerar que a real intenção seria impedir que o Judiciário continue a interferir e definitivamente declare a impossibilidade de participação de pessoas jurídicas no financiamento de campanha eleitoral. E, conforme podemos depreender da análise dos votos, a intenção da grande maioria dos ministros do STF é dizer que o modelo atual desrespeita a garantia à proporcionalidade de forças.

Ademais a ausência de limites aprofunda, injustificadamente, a desigualdade na disputa eleitoral. E, no que concerne às pessoas naturais, a solução sugerida para o enfrentamento das graves denúncias de corrupção é a atuação conjunta do STF e do Congresso Nacional, de maneira cooperativa, visando proteger e promover os princípios e valores constitucionais (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

Logo, defendemos que a proteção e a promoção dos princípios constitucionais não deveria ser realizada com a perpetuação do tema via emenda

constitucional. Mas, se assim for feito, que seja apenas com a previsão de constitucionalidade da participação privada no financiamento.

Ademais, devemos considerar que, mesmo com a edição de emenda constitucional, não há como garantir que o STF altere completamente o entendimento sobre a inconstitucionalidade da participação de pessoas jurídicas. Afinal de contas, assim como o Poder Legislativo, o Judiciário é independente e decide com base em suas convicções e não é obrigado a seguir o entendimento do Parlamento para isso. A sua decisão pode ser política, mas isso não significa ser diretamente dependente da atuação legislativa.

Passemos, então, à análise do parecer proferido na PEC da Reforma Política e das decisões do Plenário da CD até o momento.

3.4 DISCUSSÃO DA REFORMA POLÍTICA 2015 – PEC 182/07

Tudo indica que a discussão iniciada pela ADI ajuizada pelo CFOAB estimulou a ágil atuação do Presidente da CD, Deputado Eduardo Cunha, no sentido de acelerar a tramitação da PEC nº 182, de 2007, conhecida como PEC da Reforma Política. E, alegando a incapacidade do órgão colegiado da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, competente à análise do juízo de admissibilidade da PEC, o Colégio de Líderes, no uso de suas atribuições regimentais, e capitaneado pelo Presidente da Casa, decidiu por maioria pelo avocação da competência ao Plenário da CD.

Após a declaração de admissibilidade promovida pelo pleno da Casa, rapidamente fora expedido o ato de criação e promovida a instalação da Comissão Especial (CE) responsável pela análise do mérito da matéria.

3.4.1 COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA – PEC 182/2007

A Comissão Especial da Reforma Política (CEREFORM), órgão designado como competente a emitir parecer sobre o mérito da matéria e dizer do texto final a ser analisado pelos Plenário da CD é prontamente instalada. Eleita a mesa diretora, tendo como presidente o Deputado Rodrigo Maia, este nomeia como relator da matéria o Deputado Marcelo Castro.

Após da realização de diversas discussões sobre quais são as alterações necessárias ao sistema político brasileiro e quais modelos devem ser seguidos, o relator apresentou parecer com texto substitutivo à PEC tratando, entre outras coisas, sobre a introdução no texto constitucional de regras gerais atinentes ao financiamento de campanha.

Segundo o Deputado Marcelo Castro (BRASIL; CD; 2015), nunca é demasiado lembrar que a Política é um requisito indispensável à democracia, exigindo um Parlamento atuante, respeitado e investido de alta credibilidade. Fundamental insistir, também, na necessidade de se proteger a legitimidade das eleições da influência negativa do poder econômico, reduzindo os exorbitantes custos das campanhas eleitorais. Reconhece-se, por fim, que os temas nucleares da Reforma Política são o sistema eleitoral, o modelo de financiamento dos partidos e das campanhas, e o desenho do quadro partidário brasileiro.

O relatório discute a eleição para vereadores e deputados. A regra atual diz que o sistema de eleição para tais cargos é o proporcional, em que primeiramente se calcula os votos recebidos pelo partido ou coligação e, em seguida, os de cada candidato. O relator propunha que fosse alterado esse modelo e o substituí-se pelo sistema majoritário ou distritão, em que são eleitos os deputados mais votados em cada estado e os vereadores mais votados em cada município.

Pretendeu, também, estabelecer o fim da reeleição. Com a regra nova, ficaria proibida a reeleição para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos. Assim, a disposição de vedação à reeleição para os cargos do Executivo, prevista no texto base da CF/88, retornaria.

Os mandatos de Senadores, Deputados, Vereadores, Prefeitos, Governadores e do Presidente da República passariam a ser de cinco anos. Ou seja, a regra proposta pelo relator da CEREFORM pretendia unificar todos os mandatos eletivos. Hoje temos mandatos de quatro anos, salvo no caso exclusivo de Senadores em que são oito anos.

A regra atual dispõe sobre realização de eleições conjuntas a cada quatro anos para Presidente da República, Governador, Senador (com alternância de 1/3 e 2/3), Deputado Federal, Deputado Estadual e Distrital. Dois anos depois são eleitos Prefeitos e Vereadores. Com a proposta do relator, a partir de 2022, haveria a coincidência de eleições municipais, estaduais e federais, implicando no fato de que Prefeitos e Vereadores eleitos em 2016 teriam mandato de seis anos.

Em relação às coligações partidárias, que hoje não existe regras à efetivação, a proposta era que fossem admitidas apenas nas eleições com sistema

majoritário. Havia, ainda, a alteração da regra de suplência de Senadores, hoje admitida com dois suplentes escolhidos pelo partido, coligação ou candidato e eleitos em chapa única, com o novo texto cada chapa teria apenas um suplente, sendo vedada a candidatura de cônjuge e parente até segundo grau. Alterar-se-ia, também, a idade mínima exigida para tal cargo, que hoje é de no mínimo trinta e cinco anos, passaria a ser de trinta anos.

O relator propunha, ainda, que os projetos de lei de iniciativa popular teriam nova regra. Hoje é necessária a coleta mínima de 1% (um por cento) do eleitorado, sendo alterado para exigência de assinatura de apenas 500.000 (quinhentos mil) eleitores.

A parte de alteração do relator que mais tinha a ver com o presente trabalho era em relação à criação de limites de arrecadação e gastos com campanha eleitoral, a admissibilidade de doação de pessoas jurídicas apenas diretamente a partidos políticos e a estipulação de cláusula de desempenho limitando acesso a recursos públicos.

O artigo oitavo do substitutivo apresentado pelo relator trazia dispositivo incluindo parágrafos quinto e sexto ao art. 17, da CF/88. O parágrafo quinto proibiria definitivamente o financiamento de pessoas jurídicas a candidatos, sendo-lhes permitido, somente, doar recursos aos partidos políticos para financiamento exclusivo de campanhas eleitorais, nos termos da lei. Dispôs, ainda, que os partidos políticos deveria definir, até o prazo final de realização de convenções partidárias, critérios relativos à distribuição interna dos recursos. A proposta também pretendia garantir ampla divulgação pelos partidos, no decorrer da campanha, dos valores recebidos e dos autores das doações.

Já o parágrafo sexto, a ser inserido no referido artigo, dispunha que a arrecadação e os gastos desses recursos de campanha não poderia ser feita sem a prévia fixação de limites em lei para as doações de pessoas físicas e jurídicas, em valores absolutos e percentuais, e de despesas com campanha de cada cargo eletivo. Ou seja, com o texto do substitutivo proposto pelo então relator teríamos a transferência de competência, à edição de lei ordinária posterior, estipulando os tetos para doações e gastos. Portanto, era possível inferir que, até a entrada em vigor da referida norma, estaria proibido, de maneira indireta, a realização de arrecadação e o uso de recursos privados em campanha eleitoral.

Hoje não existe cláusula de desempenho. Todos os partidos políticos devidamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuem direito de acesso aos recursos do FP e ao tempo gratuito de rádio e televisão. O substitutivo da CEREFORM previa, ainda, cláusula de barreira limitando o acesso ao financiamento público. O paragrafo terceiro do artigo 17 recebera proposta de alteração para impor que só teria direito a recursos do FP e acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão, para fins de propaganda partidária, os partidos políticos com representação no Congresso que tenham obtido, na última eleição à CD, no mínimo 2% (dois por cento) dos votos apurados (não computados os votos em branco e os nulos) distribuídos em, pelo menos, 1/3 (um terço) das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) do total de cada uma delas. Portanto, podemos depreender que o substitutivo proposto instituía uma cláusula de desempenho para fins de acesso a recursos do FP e ao horário gratuito ao rádio e à televisão.

Esse fora o parecer apresentado pelo então relator da Reforma Política, Deputado Marcelo Castro. Ocorre que, após dificuldades de votação da matéria na CEREFORM ante a impossibilidade de consenso entre os seus membros, o colégio de líderes da CD, por iniciativa do Presidente da Casa, decidiu apoiar a avocação da competência de análise da matéria diretamente ao Plenário da CD. Com isso, não fora oportunizado aos membros do órgão colegiado especial o direito de apreciar a matéria e votar o seu texto final, a ser analisado pelo pleno, provocando a superação desta fase processual legislativa.

Com isso, visando editar um texto com maior consenso, o relator fora substituído. Agora, o então presidente da CEREFORM, Deputado Rodrigo Maia, é o relator da matéria no Plenário da CD.

3.4.2 PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – VOTAÇÃO PEC 182/2007

Na semana de 25 a 29 de maio, após decisão do Colégio de Líderes, o Presidente da CD, Deputado Eduardo Cunha, desconstituiu a CEREFORM e avocou a competência à análise da PEC 182/2007 ao Plenário. Com isso, o processo de votação da matéria pelo órgão colegiado máximo daquela Casa foi antecipado e finalmente a votação da reforma política foi iniciada.

No dia 26 de maio de 2015 foi publicado ao Ato da Presidência¹¹ em que, no uso da atribuição constante do art. 52, parágrafo sexto, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), foi declarado o esgotamento do prazo

¹¹Ato da Presidência disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339764&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 13:19;

regimental conferido à CEREFORM e determinou-se o envio da PEC 182/2007 à apreciação do Plenário da CD. Nesta mesma data, nomeado como relator da Comissão Especial, o Deputado Rodrigo Maia proferiu seu parecer em Plenário, concluindo pela admissibilidade de todas as emendas, pela aprovação da PEC e das matérias apensadas, bem como das emendas apresentadas, nos termos do Substitutivo.

O texto do Substitutivo¹² trouxe novo texto à PEC, com 14 (quatorze) artigos, divididos em 12 (doze) temas relativos a: sistema eleitoral; financiamento de campanha; fim da reeleição; coincidência das eleições; cláusula de desempenho; fidelidade partidária; posse do Presidente da República; voto facultativo; suplência (em relação apenas a deputados federais); limite mínimo de idade (para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e para Senador); projeto de iniciativa popular; e, por fim, sobre federação partidária.

Com a aprovação do requerimento solicitando votação artigo por artigo, de autoria do Deputado Mendonça Filho, líder do Partido Democratas, foi dado início à análise da matéria.

O primeiro tema a ser discutido tratou da alteração do sistema eleitoral. A proposta do relator previa a alteração dos artigos 29 e 45, da CF/88, determinando que: em relação à eleição de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, a eleição seria pelo sistema majoritário, para um mandato de 4 (quatro) anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado no País; em relação à eleição de Deputados Federais, a

¹²Substitutivo à PEC 182/2007 disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339798&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 13:30;

votação também seria pelo sistema majoritário, onde cada Estado, Território e Distrito Federal constituiriam uma circunscrição eleitoral (o chamado “Distritão”), onde seriam eleito o candidato mais votado na circunscrição para exercer o mandato também por 4 (quatro) anos.

Utilizando-se do regimento, o líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, apresentou pedido de preferência à votação da Emenda Aglutinativa de nº 4¹³, sugerindo alteração da proposta do relator no tocante à redação do artigo 45, tratando apenas da eleição para Deputado Federal, para prever a aplicação do sistema eleitoral de lista preordenada. Após, o líder do PSDB utilizou o mesmo procedimento para analisar a Emenda Aglutinativa nº 2¹⁴, pretendendo alterar a redação do artigo 45 para prever que as eleições para o cargo de Deputado Federal pelo sistema distrital majoritário uninominal e pelo sistema proporcional de listas preordenadas em cada Estado, Território e Distrito Federal. Definia, ainda, que na metade relativa às listas preordenadas o preenchimento das vagas seria feito observando alternância de gênero, respeitando-se a proporção de um candidato de gênero distinto a cada grupo de três posições. Ou seja, a cada três candidatos do gênero masculino uma posição seria do feminino. Ademais, havia a previsão de que cada Estado seria dividido em circunscrições cuja quantidade seria pela metade do número de cadeiras a que tem direito, arredondando-se para cima em caso da conta resultar e fração. O estado de São Paulo, por exemplo, teria 36 (trinta e seis) circunscrições, pois tem direito a 71

¹³ Emenda Aglutinativa nº 4 à PEC 182/2007 disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339865&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015; 13:53;

¹⁴ Emenda Aglutinativa nº 2 à PEC 182/2007 disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339917&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015; 13: 55;

(setenta e uma) cadeiras. Já o Distrito Federal terá apenas 4 (quatro) circunscrições. A proposta também pretendia dispor sobre regra definitiva de cálculo de cadeiras. Ambas as emendas foram rejeitadas.

Somente após as duas votações acima fora efetivamente analisado o texto do Substitutivo do Relator, em que estava previsto a aplicação do sistema eleitoral “Distritão” onde Deputados Federais e Vereadores seriam eleitos pelo sistema majoritário em cada Estado e Município. O texto foi rejeitado, ficando, então, mantido o sistema eleitoral proporcional atualmente em vigor, onde temos vagas preenchidas com base no quociente eleitoral e a votação de cada partido ou coligação. Ou seja, a quantidade de cadeiras correspondente a cada agremiação partidária ou coligação é calculada com base na quantidade de votos obtidos e a distribuição dessas vagas com base na votação de cada um de seus candidatos.

O ponto discutido em seguida foi o financiamento de campanha eleitoral, objeto do presente trabalho. O relator da matéria trouxe texto prevendo a constitucionalização da autorização para doação de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas a partidos políticos, exclusivamente. Previa, ainda, que caberia a edição de lei posterior definir limites de arrecadação e de gastos para cada cargo eletivo.

Iniciada a discussão do tema, após reunião do Colégio de Líderes, foi apresentado requerimento de preferência de votação, pelo Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, da Emenda Aglutinativa nº

22¹⁵, que trazia a fusão do texto do relator com a Emenda nº 5/2015, apresentada na CEREFORM. Assim, o texto a ser votado traria a permissão para, além dos partidos políticos, os candidatos recebam doações de recursos financeiros ou bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas, cabendo à lei posterior a previsão de limites de gastos e arrecadação de recursos. A emenda foi rejeitada.

Continuando a votação do tema no dia seguinte, após protestos de um pequeno grupo de parlamentares que alegavam o suposto anúncio de encerramento da votação do tema de financiamento de campanha eleitoral na sessão do dia anterior quando da rejeição da Emenda Aglutinativa nº 22, pela análise da Emenda Aglutinativa nº 10¹⁶, de autoria da Deputada Jandira Feghali, Líder do PCdoB, que pretendia alterar a redação do artigo 17 da CF/88 para dispor sobre o financiamento misto de campanha, restrito à participação privada apenas de pessoas físicas. A emenda foi rejeitada.

Após, votou-se a Emenda Aglutinativa nº 32¹⁷, também do líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, tratando da admissão do financiamento público exclusivo de campanha eleitoral. A emenda fora rejeitada.

¹⁵Emenda Aglutinativa nº 22 à PEC 182/2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1340028&filename=Tramita%20cao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 16:19;

¹⁶Emenda Aglutinativa nº 10 à PEC 182/2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341683&filename=EMA+10/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 16:44;

¹⁷Emenda Aglutinativa nº 32 à PEC 182/3007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341626&filename=EMA+32/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 16:47;

Em seguida foi analisada a Emenda Aglutinativa nº 28¹⁸, de autoria do líder do PRB, Deputado Celso Russomano, que fazia fusão de textos do Substitutivo do relator e da Emenda nº 5/2015, admitindo o financiamento privado de campanha, com participação de pessoas físicas e jurídicas, e prevendo a possibilidade de partidos políticos e candidatos receberem recursos, cujos limites de gastos e arrecadação serão definidos em lei posterior. A emenda foi aprovada com uma votação conturbada. Dos 472 (quatrocentos e setenta e dois) deputados que votaram, 330 (trezentos e trinta) disseram SIM à emenda, outros 141 (cento e quarenta e um) votaram NÃO à emenda e 1 (uma) abstenção.

Com isso, o modelo de financiamento de campanha eleitoral, aprovado em primeiro turno, a ser inserido por Emenda Constitucional ao texto da Carta Magna admitiria o financiamento privado de campanha, atendidos limites de arrecadação e gastos definidos posteriormente em lei ordinária. Essa votação gerou ajuizamento de Mandado de Segurança no STF, assinado por 61 (sessenta e um) parlamentares, alegando que o presidente da Casa abusou de sua autoridade na condução da votação.

O tema seguinte tratava do fim da reeleição para os cargos do Poder Executivo em âmbito Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Após a análise e discussão do artigo 3º do Substitutivo do Relator, o Plenário da CD aprovou o texto. Foram 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) votos favoráveis e 19 (dezenove) contrários. Com isso, a Emenda Constitucional a ser posteriormente promulgada,

¹⁸ Emenda Aglutinativa nº 28 à PEC 182/2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341630&filename=EMA+28/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 17:01;

com a conclusão da tramitação legislativa, trará texto prevendo o fim da reeleição para os referidos cargos.

A votação continua no dia seguinte tratando do tema “fim das coligações”, pois o “tempo de mandato” teve análise adiada por acordo de líderes, em votação também conturbada, a votação final rejeitou qualquer alteração no modelo de coligação partidária em vigor atualmente. Ou seja, mantém-se a liberdade de coligação entre agremiações partidárias.

Retomada a votação no dia seguinte, o tema em discussão foi “cláusula de desempenho”. O texto proposto pelo relator ao artigo 17, parágrafo sexto, da CF/88, foi discutido, votado e aprovado. Foram 369 (trezentos e sessenta e nove) votos a favor e 39 (trinta e nove) contra, admitindo-se, portanto, a definição de que o direito a acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo gratuito de rádio e televisão fica restrito aos partidos que tenham eleito pelo menos um representante a qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Insatisfeitos com o andamento da votação da matéria, um grupo de 61 (sessenta e um) parlamentares ajuizaram o Mandado de Segurança 33.630/DF questionando a atuação do Presidente da CD na condução da votação da matéria. Pugnam pela suspensão do andamento da apreciação da PEC e pela declaração de violação do devido processo legislativo quando da votação da Emenda Aglutinativa nº 28, de 2015, que, após aprovação, incluiu no texto final do substitutivo da matéria a admissão de financiamento privado de campanha, tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, a candidatos e partidos políticos, e com a disposição de edição de lei ordinária posterior para definir limites de gastos e arrecadação de recursos financeiros e estimáveis em dinheiro.

Quase trinta dias depois foi dado início à votação do segundo turno da PEC. O texto base do primeiro turno foi aprovado, ficando pendente de análise os destaques. Destaque-se que, dos 8 (oito) destaques apresentados, os 2 (dois) que tratam da retirada da previsão constitucional de participação de pessoas jurídicas no financiamento eleitoral tiveram a análise adiada para o segundo semestre de 2015.

Logo, tendo em vista ainda não haver sido retomada a análise da matéria até o momento da edição final deste trabalho, passemos, então, a tratar na conclusão deste trabalho os possíveis efeitos da declaração de inconstitucionalidade do financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas pelo STF.

Ademais, reconheço que houve tramitação de projeto de lei infraconstitucional tratando do assunto, mas como o cerne deste trabalho é a constitucionalidade da participação de pessoas jurídicas, tratarei do assunto em produção técnica futura e não no presente trabalho.

CONCLUSÕES

Conforme relatado em capítulo anterior, o Supremo Tribunal Federal (STF) promove o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650. O julgamento está suspenso ante o pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes, desde maio de 2014, e até o momento a maioria dos membros que já se pronunciaram concordaram com a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais que definem parâmetros à participação de pessoas físicas e jurídicas no financiamento de campanha eleitoral.

EFEITOS DA POSSÍVEL DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO FINANCIAMENTO ELEITORAL POR PESSOA JURÍDICA

Mas, como a proposta do presente trabalho é tratar de forma objetiva os possíveis impactos da declaração de impossibilidade democrática de financiamento eleitoral promovido por pessoas jurídicas entendo que é preciso defender, de antemão, a descriminalização desse tipo de atuação.

Afinal, como diria Jorge Abrahão (GONÇALVES; MAGRI; FERRO, 2014), enquadrar as empresas privadas brasileiras como vilões nesse processo significa ignorar a enorme influência que têm sobre o processo eleitoral, por meio da injeção de mais da metade dos recursos usados para financiar as campanhas. Ou seja, devemos levar em consideração o fato de que muitas têm uma consciência clara da responsabilidade inerente a esse papel e atuam com a certeza de contribuir para que o eleitor vote mais bem informado.

Logo, tendo em vista que a efetiva discussão e votação da reforma política no Congresso Nacional não significa congelamento da Ação no Supremo, devemos levar em consideração a possibilidade de continuação da análise da matéria pelo Poder Judiciário e os possíveis efeitos de sua decisão, já que até o momento não podemos analisar os efeitos concretos ante a falta de decisão final com trânsito em julgado.

Ressalte-se que, pelo que foi votado até o momento e ao contrário do que é noticiado, apenas 3 (três) ministros dos 6 (seis) que votaram no julgamento da ADI foram expressamente contra a participação de pessoa jurídica no processo de financiamento eleitoral. Foram eles o Ministro Relator Luiz Fux, o Ministro Joaquim Barbosa e o Ministro Dias Toffoli. Os demais, Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki, Marco Aurélio de Mello e Ricardo Lewandowski foram claros no entendimento de que a inconstitucionalidade está no modelo aplicado atualmente e não na participação das empresas. Além disso, diante de declarações recentes do Ministro Dias Toffoli é provável que seu voto seja alterado na conclusão da votação.

Ademais, dos pleitos constantes da ADI a hipótese mais provável de prosperar é a declaração de inconstitucionalidade dos percentuais atualmente aplicados ao financiamento privado de campanha. Afinal, está mais do que claro que inexiste igualdade de forças nos patamares de 2% (dois por cento) do faturamento bruto no exercício anterior para pessoas jurídicas e 10% (dez por cento) do rendimento bruto anual para pessoas físicas.

Concretizando-se, assim, a decisão declarando inconstitucional os tetos definidos pela Lei da Eleições, de 1997, entendo que será atenuado o nível de desigualdade econômica entre os doadores. Tal fato importará, até a edição de lei

nova suficiente ao tratamento igualitário entre os participantes do financiamento eleitoral, na suspensão da participação de pessoas físicas e jurídicas no processo, por falta de regulamentação.

Ademais, a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo legal em vigor não pode, por si só, dar a entender na supressão do direito da pessoa jurídica de participar constitucionalmente do processo eleitoral. Como dito em linhas anteriores, se os ministros não apresentarem decisão declarando expressamente a dita violação de princípios basilares da Democracia isso apenas significará na suspensão da atuação até que lei regulamentadora constitucionalmente eficiente seja editada.

Afinal de contas, pessoas jurídicas possuem existência legal, capacidade civil, capacidade contributiva, também devem ter capacidade eleitoral. Ou seja, o Código Civil garante a este ente diversos direitos e deveres, inclusive de participar à obrigatoriamente do financiamento da estrutura do Estado e da Seguridade Social, por exemplo. Ser tributado é nada mais que o reconhecimento da sua existência e do dever de participar ativamente do sustento da Nação. Logo, por que não do processo eleitoral?

O Congresso Nacional deverá estabelecer um novo modelo infraconstitucional, e que a autorização, em nível constitucional (aprovada em 1º turno pela Câmara), para a doação de pessoas jurídicas, não será suficiente para prejudicar inteiramente a ADI 4650 no STF. Porém, há que se considerar que o modelo atual provoca desigualdades e uma excessiva influência do poder econômico no processo democrático. Ou seja, a autorização constitucional, por si só, não resolveria esses problemas.

Ademais, verificando que o mais correto será buscar a participação efetiva do eleitor no processo eleitoral, destaco que a solução do *matching funds* também é uma alternativa viável, pois é possível conviver com o financiamento empresarial, já que se trata de um financiamento misto (com a compensação estatal baseada na popularidade do candidato – aferida por meio do recebimento de doações). Esse modelo (de financiamento misto) poderia ser uma opção posta à disposição dos candidatos que não têm penetração no meio empresarial para captar recursos, sem obrigatoriedade de adesão, pois escapa do determinismo do financiamento público baseado em resultados eleitorais passados.

Outro ponto relevante é a generalização injusta da participação dolosa no financiamento eleitoral de pessoa jurídica. Oras, entender dessa maneira significará em criminalização e condenação antecipada tanto das empresas que foram citadas em esquemas de corrupção ainda em apuração, sem qualquer condenação transitada em julgado, bem como das que não foram acusadas de nada. Nesse ponto não há como deixar de reconhecer que tal fato poderá cercear de direitos das pessoas jurídicas e de seus sócios, inocentes até que sentença transitada em julgado os declare culpado.

Falemos, por fim, do risco de existir, com a decisão final da ADI, lacuna normativa relevante. Afinal, por mais que o entendimento jurídico seja de que, não havendo legislação correspondente, a participação privada estaria suspensa por si só não sugerirá a inexistência desse tipo de financiamento. Afinal, se com a norma é possível encontrar doações não declaradas em prestações de contas de eleição, o que acontecerá com tal lacuna será a fiscalização ineficiente.

É perfeitamente possível prever que muitos defenderão a participação privada de maneira irrestrita no financiamento privado de campanha eleitoral sob o raciocínio de que aquilo que não está proibido ou limitado, liberado está. Se não existir norma que defina limites, mesmo que desiguais, como será possível para a Justiça Eleitoral determinar fiscalizações e verificar a existência de infrações?

Mesmo que o Relator, Ministro Luiz Fux, diga que as situações acontecidas até o trânsito em julgado ficariam reconhecidas como legítimas e determine que o Congresso Nacional edite norma no período de 24 (vinte e quatro) meses subsequente, devemos lembrar que o processo legislativo tem ritmo próprio. Essa não seria a primeira e nem a última determinação do Poder Judiciário pendente de cumprimento pelo Poder Legislativo.

MODELO DE FINANCIAMENTO ELEITORAL EXISTENTE MERECE SER ALTERADO

E, conforme defendido, o problema do modelo atual é a violação do dever do Estado de garantir igualdade de forças aos doadores. Logo, o mais correto seria a edição de normas reformadoras do sistema eleitoral que determinem tetos tanto de arrecadação quanto de gastos em campanha. Assim, tornaria mais equânime a disputa eleitoral e a participação política de doadores.

Devemos dizer, ainda, que o financiamento público exclusivo, defendido por relevante número de parlamentares durante a votação da Reforma Política, talvez não seja o modelo mais indicado ao nosso país. Afinal, por ser aquele em que apenas recursos do orçamento do Estado são despendidos para o custeio do embate eleitoral, não estaria garantido o fim da interferência dos

interesses econômicos das pessoas jurídicas e daquele número pequeno de pessoas físicas com grande poder aquisitivo.

Neste modelo os partidos e candidatos, dependentes exclusivamente do aporte público, esperariam que a repartição financeira fosse feita de forma igualitária entre os indivíduos e suas agremiações partidárias. Ocorre que se a administração das agremiações dependerá única e exclusivamente do repasse de verbas e concessão de direitos pelo Estado haverá vinculação excessiva das atividades partidárias em relação aos interesses dos governantes.

Sem contar o fato de que a distribuição dos recursos seria desigual, pois não haveriam critérios justos de destinação, seja com base na representação passada ou quando há reembolso de gastos, por exemplo. Além de que, recebidos os recursos do Estado, a distribuição para cada candidato ficaria a critério dos chefes do partido. Logo, teríamos um cenário prejudicial, pois só se arriscaria na empreitada eleitoral aquele que fosse “escolhido”.

Outra questão aventada é que o modelo em questão exigiria, para ser destinatário da dotação orçamentária, que o partido tenha representação no Congresso ou obtenha quantidade mínima de votos em eleições passadas e a elaboração dessas regras estaria sujeita à subjetividade e ao interesse do partido ora governante. Ou seja, facilitaria a elaboração de requisitos que provocariam a perpetuação das arenas já existentes, trazendo enormes dificuldades na ascensão de novas agremiações, configurando-se em engessamento dos atores políticos e do processo democrático.

Ademais, haveria a violação do direito constitucional do cidadão em contribuir com a corrente política pela qual simpatiza. Além de obrigar que

candidatos menos abastados entrem na ilegalidade, haja vista que nenhum recurso privado (inclusive os do candidato) poderia ser utilizado de forma incorreta.

Logo, após rebater o modelo defendido pelos políticos socialistas passarei à defesa do modelo que, a meu ver, traz maior legitimidade ao financiamento eleitoral: é o chamado *Matching Fund*.

Todos sabem que o maior problema do modelo brasileiro é a falta de importância do convencimento do eleitor, pois os candidatos dão maior valor ao financiamento empresarial de campanha do que o de cidadãos, já que o custo atual é extremamente elevado e o caminho mais fácil de bancá-la é arrecadar grandes quantias.

Logo, a solução seria buscar a edição de um modelo voltado ao equilíbrio da importância dos dois, já que eles participam do processo eleitoral. Fazer com que a doação do eleitor seja financeiramente tão importante quanto à da pessoa jurídica, promovendo a equidade cidadã (SPECK, 2015).

E, além da definição de teto de arrecadação e gastos, nada mais justo que promover a reaproximação do candidato com o eleitor, sem criminalizar a participação de empresas.

Afinal, como diriam Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi (2007), estudos recentes mostram que o sistema político brasileiro não gera condições motivacionais e nem mesmo institucionais para que os políticos baseiem suas estratégias eleitorais exclusivamente em vínculos pessoais com seus eleitores ou que tenham preferências homogêneas quanto ao tipo de política a ser implementada.

Eleições nas quais as campanhas sejam financiadas por uma grande quantidade de pequenas doações de eleitores podem ser vistas como um momento virtuoso de mobilização cívica. Contudo, é fundamental limitar as ditas doações, para não permitir que a desigualdade econômica, disseminada em nossa sociedade, se converta também, automaticamente, em desigualdade política (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

O financiamento com participação direta dos cidadãos é o modelo que traz reflexo direto da atuação dos candidatos com seus representados. E, na análise das suas três variações, entendo que aquela que traz mais equidade à participação é o *Matching Fund*.

Defendo isso por entender que o modelo canadense, que desconta do imposto de renda percentual equivalente ao valor doado, deixa de levar em consideração a participação dos eleitores isentos desse tipo de tributação. Já o hipotético *financiamento cidadão*, defendido por Bruce Ackerman, apesar de ser interessante no papel, pode não ser eficiente na prática. Se, por exemplo, um grupo de trabalhadores sindicalizados definir que todos os recursos estatais sob sua responsabilidade serão destinados a determinado candidato ou partido, sem qualquer análise da plataforma política defendida, verificaremos uma situação em que há interferência excessiva do poder econômico conferido àquela classe laboral.

Logo, o modelo de *Matching Fund*, por ter como essência a defesa da valorização dos pequenos doadores, é o mais ideal. Com ele, o eleitor brasileiro seria mais valorizado pelos políticos, pois só teriam acesso aos recursos públicos se conseguissem recursos de pessoas físicas.

Entendo, ainda, que tal modelo deveria ser obrigatório para os cargos cujo sistema eleitoral é o proporcional. Afinal, o cenário multipartidário de nosso país acaba provocando o encarecimento das campanhas eleitorais inclusive nas de eleição proporcional, cuja área de realização é, em regra, efetivamente muito menor que a dos cargos majoritários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Bruce. Voting with Dollars. In: *Bulletin of the American Academy Summer*, p. 19, 2004. Disponível em: <<http://www.amacad.org/publications/bulletin/summer2004/ackerman.pdf>>.

Acessado em 4 jun. 2015, 19:12;

ARAUJO, Caetano Ernesto Pereira de. Financiamento de campanhas eleitorais. In: *Revista de informação legislativa*, v. 41, n. 161, p. 59-66, jan./mar. 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/27996-28006-1-PB.pdf>>. Acessado em 17 fev. 2015, 15:48;

AVELAR, Idelber. Democracia à venda nos EUA. In: *Fórum : outro mundo em debate*, v. 11, n. 107, p. 28-30, fev. 2012;

BARBOZA, Mariana Queiroz. O jogo do bilhão. In: *Isto é*, v. 36, n. 2241, p. 94-96, 24 out. 2012;

BACKES, Ana Luiza. *Financiamento partidário e eleitoral: Alemanha, França, Portugal e Espanha*. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema3/2012_22272.pdf>. Acessado em 17 fev. 2015, 15:28;

BRIFFAULT, Richard. Nonprofits and Disclosure in the Wake of Citizens United. In: *Election Law Journal*, v. 10, n. 4, p. 337-361, 2011. Disponível em: <<http://online.liebertpub.com/doi/pdf/10.1089/elj.2011.0114>>. Acessado em 22 jan. 2015, 14:27;

_____. Lobbying and campaign finance: separate and together. In: *Stanford Law & Policy Review*, v. 19, p. 1. Disponível em:

<http://web.stanford.edu/group/slpr/previous/Volume19/Briffault_19slpr105.pdf>.

Acessado em 22 mar. 2015, 23:57;

_____. The Future of Public Funding. In: *Willamette L. Rev.*, v. 49, p. 521, 2012. Disponível em:

<<http://www.willamette.edu/wucl/resources/journals/review/pdf/Volume%2049/49-4%20BRIFFAULT%20ME%20Format.pdf>>. Acessado em 22 mar. 2015, 15:12;

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC82.pdf>. Acessado em 30 set. 2014, 16:05;

_____. *Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995*. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096compilado.htm>. Acessado em 9 out. 2014, 14:59;

_____. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504compilado.htm>. Acessado em 15 mar. 2015, 19:41;

_____. Câmara dos Deputados. *Nota taquigráfica de audiência pública da Comissão Especial da Reforma Política (PEC 182/07), realizada no dia 10 de março de 2015, com participação do Ministro Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral*. Brasília: Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, do Senado Federal, e apensadas

(Comissão Especial da Reforma Política). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-182-07-reforma-politica/documentos/notas-taquigraficas/nt10-03.15>>. Acessado em 15 mar. 2015, 12:40;

_____. Câmara dos Deputados. *Parecer do Relator Deputado Marcelo Castro*. Brasília: Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, do Senado Federal, e apensadas (Comissão Especial da Reforma Política), 12 mai. 2015, 62 p. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1332561&filename=Parecer-PEC18207-12-05-2015>. Acessado em 24 mai. 2015, 20:00;

_____. Câmara dos Deputados. *Ato da Presidência*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339764&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 13:19;

_____. Câmara dos Deputados. *Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 182/2007*. Brasília: Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, do Senado Federal, e apensadas (Comissão Especial da Reforma Política), 26 mai. 2015, 8 p. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339798&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 13:30;

_____. Câmara dos Deputados. Emenda Aglutinativa nº 2 à PEC 182/2007 disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339917&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015; 13: 55;

_____. Câmara dos Deputados. Emenda Aglutinativa nº 4 à PEC 182/2007 disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339865&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015; 13:53;

_____. Câmara dos Deputados. Emenda Aglutinativa nº 10 à PEC 182/2007.

Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341683&filename=EMA+10/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 16:44;

_____. Câmara dos Deputados. Emenda Aglutinativa nº 22 à PEC 182/2007.

Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1340028&filename=Tramitacao-PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 16:19;

_____. Câmara dos Deputados. Emenda Aglutinativa nº 28 à PEC 182/2007.

Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341630&filename=EMA+28/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 17:01;

_____. Câmara dos Deputados. Emenda Aglutinativa nº 32 à PEC 182/3007.

Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341626&filename=EMA+32/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>.

ilename=EMA+32/2015+%3D%3E+PEC+182/2007>. Acessado em 7 jun. 2015, 16:47;

_____. Tribunal Superior Eleitoral. *Lei das Eleições - Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997#art17-27>>. Acessado em 10 mai. 2015, 18:11;

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.650 Distrito Federal. *Petição inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.650*. Ordem dos Advogados do Brasil, 2011, p. 36. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1432694#0%20-%20Peticao%20inicial%20-%20Peti%E7%E3o%20Inicial>>. Acessado em 30 set. 2014, 16:20;

_____. Supremo Tribunal Federal. *Informativo 732*. Brasília, 9 a 13 dez. 2013, p. 1 – 5. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo732.htm>>. Acessado em 16 mai. 2015, 17:03;

_____. Supremo Tribunal Federal. Novo pedido de vista suspende julgamento de ADI sobre financiamento de campanhas. In: *Notícias STF*, quarta-feira, 02 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=263981&caixaBusca=N#>>. Acessado em 17 mai. 2015, 17:00;

BOURDOUKAN, Adla Youssef. *O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada*. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2009, p.

38-40. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23112009-102329/>>. Acessado em 23 mar. 2015, 11:47;

DAVIDSON, Roger H. et al. *Congress and its Members*. Cq Press, 2013;

DOMINGOS, Roney. Financiamento de campanha motivou desvios na Petrobras, avalia Toffoli. In: *G1 São Paulo*. São Paulo: publicado em 17/11/2014 20h20- Atualizado em 18/11/2014 13h10. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/financiamento-de-campanha-motivou-desvios-na-petrobras-avalia-toffoli.html>>. Acessado em 18 nov. 2014, 13:20;

D'ALMEIDA, Noely Manfredini. Financiamento Político de Campanhas e Partidos: a Experiência Mundial sobre Prestação de Contas. *Paraná Eleitoral*, v. 57, 2005;

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Reforma Política: notas de cautela sobre os efeitos de escolhas institucionais. In: *Plenarium*. Ano IV, n. 4, p. 50-58, jun. 2007. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/arquivos-diversos/PLENARIUM_04.pdf>. Acessado em 26 abr. 2015, 13:04;

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; DE MELO, Natália Maria Leitão. Financiamento de campanha em perspectiva comparada: uma análise exploratória. In: *1º Concurso de Monografias do TSE*, p. 197-237, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/1-concurso-monografias-tse.pdf#page=198>>. Acessado em 22 mar. 2015, 23:46;

GONÇALVES, Benjamin S; MAGRI, Caio; FERRO, Marina Martins. *A Responsabilidade das empresas no processo eleitoral*: edição 2014 (edição e coordenação de Benjamin S. Gonçalves). São Paulo: Ethos, ago. 2014. Disponível

em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/a-responsabilidade-das-empresas-no-processo-eleitoral-edicao-2014/#.VSsNqxd1fF5>>. Acessado em 13 abr. 2015, 01:05;

MALBIN, Michael J. *Small donors*: Incentives, Economies of Scale, and Effects.

Disponível em: <http://www.cfinst.org/pdf/papers/06_Malbin_Small-Donors.pdf>.

Acessado em 26 abr. 2015, 19:25;

_____. Small donors, large donors and the Internet: The case for public financing after Obama. In: *A Campaign Finance Institute Working Paper*, 2009.

Disponível em:

<<http://progressivemaryland.org/public/documents/reports/2009/others/2009-4cfi-case4pubfinafterobama.pdf>>. Acessado em 26 abr. 2015, 18:56;

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento de campanhas e prestação de contas. In: *Cadernos Adenauer XV (2014)*, n. 1, p. 144-147.

Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/13776-1442-5-30.pdf>>. Acessado em 30 set. 2014, 10:25.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Paper apresentado no 8o encontro da Associação Brasileira de Ciência Política-ABCP*, 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/6_8_2012_21_14_53.pdf>. Acessado em 18 nov. 2014, 12:40;

MANO, Cristiane. Poderosos e polêmicos. In: *Exame*, v. 46, n. 2, p. 118-120, fev. 2012;

MIGALLY, Angela; LISS, Susan. Matching funds: the NYC election experience. In: *Benman Center for Justice*, 2010. Disponível em:

<http://brennan.3cdn.net/8116be236784cc923f_iam6benvw.pdf>. Acessado em 18 de nov. 2014, 12:30;

MAGLEBY, David; GOODLIFFE, Jay; OLSEN, Joseph. How the Internet, BCRA, and Super PACs have Affected Donor Attitudes, Behavior, and Campaigns. In: *APSA 2014 Annual Meeting Paper*. 2014. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2454301>. Acessado em 15 fev. 2015, 21:40;

MENEGUIN, F. B; NERY, P. F. *Tópicos da Reforma Política sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, mar. 2015 (Texto para Discussão nº 170). Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td170>>. Acessado em 20 abr. 2015, 23:35;

NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. 2ª Edição, Rio de Janeiro : Editora FGV, 80 p., 2000;

_____. Variações sobre a reforma eleitoral. In: *Revista Conjuntura Econômica*, v. 59, n. 7, p. 22-23, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewArticle/27981>>. Acessado em 26 abr. 2015, 10:57;

_____. REFORMA ELEITORAL NO BRASIL: IMPRESSÕES SOBRE DUAS DÉCADAS DE DEBATE. In: *Em Debate*, Belo Horizonte, v.5, n.5, P.7-16, Dez. 2013. Disponível em: <opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/EDdez2013.pdf#page=7>. Acessado em 20 abr. 2015, 11:48;

NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e sistema partidário. In: *Lua Nova*, v. 36, p. 129-147, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a08n36>>. Acessado em 26 abr. 2015, 19:54;

OLIVEIRA, Mariana e PASSARINHO, Nathalia. Construtoras são fonte de 55% das doações a partidos em 2012. In: *G1 Política*. Brasília: publicado em 02/09/2013 07h38- Atualizado em 02/09/2013 16h41. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/construtoras-sao-fonte-de-55-das-doacoes-partidos-em-2012.html>>. Acessado em 18 nov. 2014, 12:40;

OLIVEIRA, Mariana. Maioria do STF vota contra empresa doar a político; decisão final é adiada. In: *G1 Política*. Brasília: publicado em 02/04/2014 16h36- Atualizado em 02/04/2014 18h06. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/maioria-do-stf-vota-contras-empresa-doar-politico-decisao-final-e-adiada.html>>. Acessado em 18 nov. 2014, 13:30;

PÁDUA, Thiago Santos Aguiar de. *A Ação Direta De Inconstitucionalidade Nº 4650 E a “Democracia Guardiana” De Robert Dahl (The Direct Unconstitutionality Suit Nº 4650 and the ‘Guardianship Democracy’ of Robert Dahl)*. SSRN 2589962, 2015. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2589962>. Acessado em 16 mai. 2015, 16:05;

PAIXÃO JUNIOR, Sebastião Ventura Pereira da. *O Supremo entre o político e o jurídico*. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/arquivos/PAIXAO_supremo_politico_juridico.pdf>. Acessado em 19 nov. 2014, 11:43;

PASSARINHO, Nathalia. Doação de empresas a campanhas é ‘fonte de corrupção’, diz Lewandowski. In: *G1 Política*. Brasília: publicado em 20/10/2014 18h03- Atualizado em 20/10/2014 18h27. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/doacao-de-empresas-campanhas-e-fonte-de-corrupcao-diz-lewandowski.html>>. Acessado em 18 nov. 2014, 13:31;

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. In: *Perspectivas: revista de ciências sociais*, v. 35, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2289/1857>>. Acessado em 18 nov. 2014, 16:30;

PONTES, Roberto Carlos Martins; HOLTHE, Leo Oliveira van. *O sistema eleitoral alemão após a reforma de 2013 e a viabilidade de sua adoção no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, abr. 2015, 26 p. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22079>>. Acessado em 15 mai. 2015, 12:27;

PORTUGAL. Lei nº 14/79, de 16 de maio. *Lei Eleitoral da Assembleia da República*. Diário da República, 1ª série, nº 112, Capítulo II, arts. 12º ao 17º. Disponível em: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Documents/DecretosLei/AssembleiaRepublica/44-ara-lei-eleitoral-ar.pdf>>. Acessado em 16 mar. 2015, 22:29;

_____. Lei nº 19/2003, de 20 de junho. *Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais*. Diário da República, .ª Série - A, n.º 140. de 20 de Junho de 2003, Capítulo III, arts. 15º ao 20º. Disponível em: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Documents/DecretosLei/AssembleiaRepublica/44-arp-financiamento-partidos.pdf>>. Acessado em 16 mar. 2015, 22:42;

POWELL, Lynda W. The influence of campaign contributions in state legislatures : the effects of institutions and politics. In: *Ann Arbor : University of Michigan Press*, c2012;

POWELL, Lynda W. *The Influence of Campaign Contributions on Legislative Policy*. Disponível em: <http://www.cfinst.org/pdf/papers/02_Powell_Influence.pdf>. Acessado em 20 dez. 2014, 10:43;

Restoring electoral equilibrium in the wake of constitutionalized campaign finance. In: Harvard Law Review, v. 124, n. 6, p. 1528-1549, Apr. 2011. Disponível em: <[http://cdn.harvardlawreview.org/wp-](http://cdn.harvardlawreview.org/wp-content/uploads/pdfs/vol124_restoring_electoral_equilibrium.pdf)

[content/uploads/pdfs/vol124_restoring_electoral_equilibrium.pdf](http://cdn.harvardlawreview.org/wp-content/uploads/pdfs/vol124_restoring_electoral_equilibrium.pdf)>. Acessado em 23 nov. 2014, 18:40;

RIBEIRO, Renato Tonia; MARIANO, Karina L. Pasquariello. As eleições britânicas de 2010. Novas regras ou velhas tendências? In: *I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política: Interfaces da Ciência Política*. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos/SP, p. 2. Disponível em: <www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/s-eleicoes-britanicas-de-2010.-Novas-regras-ou-velhas-tendencias.pdf>. Acessado em 27 mar. 2015, 19:39;

RODRIGUES, Ricardo José Pereira. *Financiamento de partidos políticos e fundos partidários*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496556/000940645.pdf>>.

Acessado em: 17 fev. 2015, 15:26;

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. In: *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 73, p. 5-15, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000300001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em 23 nov. 2014, 09:40;

SALGADO, Eneida Desiree. El financiamiento de los partidos políticos en Brasil: la lucha por la definición de las reglas. In: *Ideología y Militancia. Revista de Derecho Estasiológico*, n. 3, p. 65-81, jan/jun 2014. Disponível em: <<http://derecho.posgrado.unam.mx/ppd->

14/publi/r_ideologia/Revista%20de%20Derecho%20Estasiologico-

Numero3.pdf#page=75>. Acessado em 18 nov. 2014, 18:21;

SANSEVERINO, Francisco de Assis Vieira. Financiamento de campanha eleitoral—entre o público e o privado¹. In: *Direito Eleitoral*, p. 251-270, 2012. Disponível em: <[http://escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-](http://escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-publicacoes/VERSaO_DEFINITIVA_TEMAS%20DE%20DIREITO%20ELEITORAL%20NO%20SECULO%20XXI%20sem%20marcas.pdf#page=251)

publicacoes/VERSaO_DEFINITIVA_TEMAS%20DE%20DIREITO%20ELEITORAL%20NO%20SECULO%20XXI%20sem%20marcas.pdf#page=251>. Acessado em 20 jan. 2015, 09:22;

SANTANO, Ana Claudia. *O financiamento da política: teoria geral e experiências no direito comparado*. Curitiba: Ithala, 2014, 223 p.;

SANTOS, Denilson Schmitt. A constitucionalidade das doações de pessoas jurídicas a partidos políticos e campanhas eleitorais. In: *Estudos eleitorais*, v. 9, n. 1, p. 72-89, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais_v9_n1_2014.pdf>. Acessado em 23 nov. 2014, 14:32;

SARMENTO, Daniel; OSÓRIO, Aline. *Eleições, dinheiro e democracia: a ADI 4.650 e o modelo brasileiro de financiamento de campanhas eleitorais*. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/arquivos/artigo-adi-4650-362921044.pdf>>. Acessado em 23 nov. 2014, 15:26;

SOUZA NETO, Claudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. A inconstitucionalidade do financiamento de campanha por empresas e o financiamento democrático de campanha. In: ARANTES, Aldo; BRITTO, Cezar; SOUZA NETO, Claudio Pereira de; LAVENÈRE, Marcello (Orgs.). *A OAB e a Reforma Política Democrática*. 222 p .. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2014, p. 13 – 34. Disponível em: <

content/uploads/2014/11/A_OAB_e_a_reforma_polu00EDtica_democru00E1tica-1.pdf>. Acessado em 18 mai. 2015, 12:00;

SKAGGS, Adam; WERTHEIMER, Fred. Empowering small donors in federal elections. In: *Brennan Center for Justice, New York University Law School*, 2012.

Disponível em:

<http://www.brennancenter.org/sites/default/files/legacy/publications/Small_donor_report_FINAL.pdf>. Acessado em 15 fev. 2015, 22:12;

SPECK, Bruno W. *A integridade do financiamento de partidos e campanhas eleitorais*. São Paulo: Transparency International, 2003. Disponível em:

<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2580/1/integridade_financiamento_partidos_campanhas.pdf>. Acessado em 26 abr. 2015, 13:15;

_____. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. In: *Cadernos Adenauer*, v. 6, n. 2, p. 123-159, 2005.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/3992703/Bruno_Wilhelm_Speck_Reagir_a_esc%C3%A2ndalos_ou_perseguir_ideais_A_regula%C3%A7%C3%A3o_do_financiamento_pol%C3%ADtico_no_Brasil> . Acessado em 2 mai. 2015, 18:20;

_____. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. In: *Em debate*, Belo Horizonte, v. 2, n.3, p. 6-13, mar. 2010. Disponível em:

<<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/speck7.pdf>>. Acessado em 28 nov. 2014, 17:22;

_____. Astronomia e reforma política. In: *Em debate*, Belo Horizonte, v.5, n.4, p.7-19, Out. 2013. Disponível em:

<<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Bruno%20Wilhelm%20Speck.pdf>>.

Acessado em 20 abr. 2015, 11:43;

SPECK, Bruno Wilhelm; MARCIANO, João Luiz Pereira. O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado das campanhas. In: SATHLER André; BRAGA, Ricardo (org.): *Legislativo Pós-1988. Reflexões e perspectivas*: Brasília, Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2015, p. 267-292. Disponível em: <https://www.academia.edu/12267615/Bruno_Wilhelm_Speck_Jo%C3%A3o_Luiz_Pereira_Marciano_O_perfil_da_Camara_dos_Deputados_pela_%C3%B3tica_do_financiamento_privado_das_campanhas?auto=download&campaign=weekly_digest>.

Acessado em 18 mai. 2015, 21:39;

SPECK, Bruno W.; CAMPOS, Mauro Macedo. *Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil*.

Disponível em:

<<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/394/265>>. Acessado em 17 fev. 2015, 15:41;

TONIAL, Raíssa; DE OLIVEIRA, Elton Somensi. Os modelos de financiamento de campanha eleitoral e o contexto político-cultural brasileiro. In: *Direito & Justiça*, v. 40, n. 1, p. 106-119, 2014. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewArticle/16553>>.

Acessado em 20 jan. 2015, 11:42;

TRINDADE, Fernando. *Financiamento eleitoral e pluralismo político. Senado Federal*, Consultoria Legislativa, 2004. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-4-financiamento-eleitoral-e-pluralismo-politico>>.

Acessado em 18 nov. 2014, 15:10;

VIOLATO, Paulo José de Albuquerque. *Financiamento empresarial de campanhas eleitorais: implicações para a república, a democracia e a igualdade*. 2014. 47 f.

Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10483/9868>>. Acessado em 18 mai. 2015,
23:18.